

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

LUÍS HENRIQUE MARINHO VILAS BOAS

**COMPOSIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL NO ESTADO DA
BAHIA ENTRE OS ANOS DE 2002 E 2019: UMA ANÁLISE DOS
MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2023

LUÍS HENRIQUE MARINHO VILAS BOAS

**COMPOSIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL NO ESTADO DA
BAHIA ENTRE OS ANOS DE 2002 E 2019: UMA ANÁLISE DOS
MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II.

ORIENTADOR: RONDINALDO SILVA DAS ALMAS

VITÓRIA DA CONQUISTA — BA

2023

V752c Vilas Boas, Luís Henrique Marinho.

Composição setorial do emprego formal no estado da Bahia entre os anos de 2002 e 2019: uma análise dos municípios mais populosos. / Luís Henrique Marinho Vilas Boas, 2023.

67f.

Orientador (a): Rondinaldo Silva das Almas.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referências. F. 69 - 71.

1. Análise Regional. 2. Análise econômica. 3. Municípios baianos - Emprego formal. I. Almas, Rondinaldo Silva das. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T

CDD: 330

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção CRB-5/1890

UESB- Campus Vitória da Conquista – Ba.

LUIS HENRIQUE MARINHO VILAS BOAS

**COMPOSIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL NO ESTADO DA BAHIA
ENTRE OS ANOS DE 2002 E 2019: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS MAIS
POPULOSOS**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II.

Trabalho aprovado em _____ de _____ de _____

Prof. Dr. Rondinaldo Silva das Almas

Orientador

Prof. Dr. Roberto Paulo Machado Lopes

Examinador

Prof. Dr. Vinicius Correia Santos

Examinador

RESUMO

A análise regional é uma ferramenta indispensável para o estudo e compreensão da realidade econômica. Por muitos anos ela foi menosprezada, mas com o avanço dos estudos no campo econômico ela se demonstrou fundamental. Este trabalho tem como objetivo explorar esse campo da análise econômica, mais especificamente analisando o comportamento setorial dos dezessete municípios baianos mais populosos no ano de 2019, utilizando como indicadores o Quociente Locacional, o Coeficiente de Localização, o Coeficiente de Associação Geográfica, o Coeficiente de Redistribuição, o Coeficiente de Especialização e o Coeficiente de Reestruturação, para realizar as observações a respeito das movimentações ocorrida no emprego formal dos oito setores do IBGE de acordo com o banco de dados da RAIS disponível no sistema Dardo do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE). Como objetivos específicos visou-se identificar as maiores distorções e comparar o comportamento setorial dos estados com o dos municípios. Além disso, observar-se-á o comportamento dos estados nesse mesmo período, com maior ênfase na Bahia e na disparidade existente entre as regiões Nordeste e Sudeste do país. Também está contido nesse trabalho uma contextualização do desenvolvimento econômico baiano com ênfase nos principais momentos históricos das décadas de 1950 a 1990. Outra discussão abordada no trabalho é sobre o papel que a análise espacial teve anteriormente ao século XIX e a sua retomada nesse mesmo século e o estabelecimento de vínculos mais próximos com a ciência econômica contemporânea. A respeito do foco principal do trabalho, ao realizar as análises sobre os municípios selecionados, todos eles apresentaram grande crescimento do volume geral de emprego formal, porém alguns setores tiveram uma dispersão mais acentuada dos demais, como ocorreu com o setor de Serviços e Administração Pública nos municípios de Salvador, Feira Santana e Ilhéus, além de grandes movimentos de alocação de emprego formal entre outros setores e entre municípios. Além disso, constatou-se que a mesma tendência observada nos municípios baianos também foi notada ao analisar os estados brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Regional, Municípios baianos, Análise econômica, Emprego formal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Principais teorias em economia regional.....	14
Figura 2 Participação das regiões no PIB Nacional - 1997.....	24
Figura 3 Evolução do PIB Per Capita do Nordeste do Brasil entre 1985/1997.....	24
Figura 4 Evolução do PIB Per Capita do Sudeste do Brasil entre 1985/1997.....	24
Gráfico 1 Mapa com a participação percentual das regiões no PIB brasileiro em 2014.....	26
Figura 5 Coeficiente de Especialização.....	36
Figura 6 Coeficiente de Reestruturação.....	36
Gráfico 2 Quociente Locacional dos setores dos dez mais populosos estados brasileiros - 2002.....	37
Gráfico 3 Quociente Locacional dos setores dos dez mais populosos estados brasileiros - 2019.....	38
Gráfico 4 Coeficiente de Localização Estados Brasileiros - anos 2002 e 2019.....	39
Gráfico 5 Coeficiente de Deslocamento/Redistribuição (CRi) dos estados brasileiros entre 2002 e 2019.....	41
Gráfico 6 Coeficiente de Especialização do Estados em 2002/2019.....	41
Gráfico 7 Coeficiente de Reestruturação entre os anos de 2002 e 2019 dos estados brasileiros.....	42
Mapa 1 Localização geográfica dos dezessete municípios do estado por mesorregião.....	44
Mapa 2 Municípios integrantes da microrregião Ilhéus-Itabuna.....	47
Gráfico 8 Coeficiente de Localização dos 17 municípios baianos mais populosos.....	52
Gráfico 9 Coeficiente de Localização de todos os municípios do Estado.....	53
Gráfico 10 Coeficiente de Redistribuição dos dezessete maiores municípios baianos.....	56
Gráfico 11 Coeficiente de Redistribuição de todos os municípios baianos.....	57
Gráfico 12 Coeficiente de especialização - 17 municípios.....	58
Gráfico 13 Coeficiente de especialização - todos municípios do estado.....	58
Gráfico 14 Coeficiente de Reestruturação considerando os dezessete municípios e outros municípios do estado.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Coeficiente de Associação Geográfica de 2002.....	40
Tabela 2 Coeficiente de Associação Geográfica de 2019.....	40
Tabela 3 Quociente Locacional de 2002 dos 17 municípios.....	49
Tabela 4 Quociente Locacional de 2019 dos 17 municípios.....	50
Tabela 5 Composição setorial em percentual de Juazeiro e Ilhéus em 2019.....	51
Tabela 6 Coeficiente de Localização dos setores dos dezessete municípios baianos.....	51
Tabela 7 Comparativo da distribuição percentual do emprego formal no setor de Extrativa Mineral em 2002 x 2019.....	54
Tabela 8 Coeficiente de Associação Geográfica dos dezessete municípios em 2002.....	55
Tabela 9 Coeficiente de Associação Geográfica dos dezessete municípios em 2019.....	55
Tabela 10 Distribuição percentual do emprego entre os setores em Salvador, Feira de Santana e Ilhéus em 2002 x 2019.....	59
Tabela 11 Variação do volume de emprego formal no setor de Administração Pública.....	60
Tabela 12 Distribuição percentual do emprego formal no setor de Administração Pública.....	61

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	9
1	A RETOMADA DA ANÁLISE ESPACIAL E O EMBATE ENTRE ESPECIALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA	12
1.1	Origens da economia espacial e a formação do pensamento regional brasileiro.....	12
1.2	Contemporaneidade da análise espacial e o embate da concentração setorial e diversificação setorial.....	16
2	CONTEXTO NACIONAL VERSUS ESTADUAL: PRINCIPAIS ASPECTOS DOS MOVIMENTOS SETORIAIS NO BRASIL E NA BAHIA.....	22
2.1	Breve apresentação do estado e disparidades regionais entre o Nordeste e Sudeste do país	22
2.2	A indústria baiana nas décadas de 1960 a 1990.....	28
2.3	Composição setorial nacional de 2002 e 2019.....	32
2.3.1	Ferramentas de Análise.....	33
2.3.2	Apresentação dos dados e principais mudanças quantitativas	37
3	MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL DOS MAIORES MUNICÍPIOS BAIANOS ENTRE 2002 E 2019.....	44
3.1	Informações gerais sobre os municípios selecionados.....	44
3.2	Ferramentas de Análise: principais alterações nos setores dos municípios entre 2002 e 2019.....	48
3.2.1	Medidas de localização.....	48
3.2.2	Medidas regionais.....	57
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
	REFERÊNCIAS.....	67

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a pesquisa regional vem recebendo cada vez mais prestígio por seus avanços no campo da ciência econômica e da análise espacial. Entretanto, nem sempre a análise espacial foi tão valorizada. Souza (1981) afirma que, por muito tempo, essa área de estudo ficou sucateada principalmente por culpa da atuação de políticas dos governos que focavam os grandes problemas nacionais como a inflação, taxas de juros, desemprego etc., e abandonavam questões regionais muito importantes. Com o surgimento de novas tecnologias e ampliação da concorrência, seja por uma maior interligação com as cadeias globais ou pelo surgimento de firmas concorrentes locais, o estudo regional se tornou um fator diferencial para as indústrias e firmas tomarem melhores decisões quando à alocação, ampliação ou implantação de seus recursos.

O fato da distribuição geográfica e populacional, além de outros fatores, influenciar no funcionamento das firmas, fez com que as análises regionais fossem mais prestigiadas na tomada de decisões e a exploração de conceitos como economias de aglomeração e a formação de *clusters* fossem benéficas para o desenvolvimento da indústria pelos ganhos com as economias externas, como aponta Almas (2003, p. 11).

Ainda nesse campo de conhecimento existe uma divergência de ideias de dois grandes grupos: os favoráveis à concentração setorial e os apoiadores da diversificação. Simpatizantes da concentração setorial defendem a especialização como uma das condições essenciais para o desenvolvimento de uma região. Segundo Smith (1982, *apud* Paiva, 2006), isso acontece pelos benefícios de produtividade, pelo ganho de escala, pelo excedente gerado para exportação e pela troca de conhecimento que ocorre entre os agentes, e isso beneficiaria a todos.

Já os apoiadores da diversificação setorial, segundo Beaudry (2009), defendem a diversidade como ferramenta de inovações frutíferas. Assim, quanto maior for a variedade, maior será a capacidade da economia de adicionar mais tipos de bens e serviços na sociedade. Além do que, com esse tipo de estrutura, a região estaria menos propensa a danos causados por uma crise em um setor específico da qual ela poderia ser dependente.

No Brasil, a área da Economia Regional avançou muito com o processo de globalização e a aproximação com a área da economia internacional e com questões de desigualdades e disparidades regionais. A inclusão da análise espacial nas teorias econômicas foi um importante passo e ocorreu com maior força por volta das décadas de 1980 e 1990, quando novas teorias e métodos foram desenvolvidos para suprir as demandas existentes na área do desenvolvimento regional e geográfico. Esses tipos de análises têm como precursor o

escritor alemão Johann Von Thünen¹ e se desenvolveu ao longo do tempo com outros autores como o também alemão Alfred Weber.²

Já analisando o campo prático no Brasil, nas últimas décadas grandes mudanças podem ser notadas em relação à dinâmica dos setores. Esse fenômeno é também instigado pelo embate entre especialização e diversificação setorial. No estado da Bahia, marcado por características bem peculiares e divergentes de outras regiões do país (como a seca, elevada desigualdade social, alto nível de desemprego e menores níveis de renda em relação aos estados do centro-sul), há poucos estudos voltados às análises regionais em torno dos municípios mais populosos, o que dificulta o planejamento industrial desses locais.

Para o presente trabalho, os municípios selecionados para análise foram os que apresentaram maior população, com um corte para aqueles com mais de 100 mil habitantes, com objetivo de reduzir o tamanho da amostra utilizada e a manter relevante para os fins de pesquisa: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Juazeiro, Itabuna, Lauro de Freitas, Teixeira de Freitas, Ilhéus, Barreiras, Jequié, Alagoinhas, Porto Seguro, Simões Filho, Paulo Afonso, Eunápolis e Santo Antônio de Jesus, por ordem decrescente de população. Os dados populacionais foram extraídos da estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2020, e a escolha por esse estrato se deve pela maior acessibilidade, o que facilitou o seu manuseio e análise, inclusive pela disponibilidade de dados de emprego formal que foram utilizados.

A investigação principal do trabalho, pela ótica do emprego formal, será identificar como se comportou a composição setorial do emprego dos municípios selecionados e quais foram as principais mudanças ou rupturas ocorridas e seus impactos na estrutura espacial entre os anos de 2002 e 2019. Além disso, de forma secundária, buscou-se comparar o comportamento setorial dos municípios com o dos estados brasileiros nesse mesmo período identificando se a tendência detectada foi similar e destacar onde ocorreram as maiores discrepâncias tanto nos municípios quanto nos setores.

A hipótese central é de que os municípios ao longo dos anos apresentaram uma relevante desconcentração entre si no que concerne os setores mais genéricos (que não dependem necessariamente de recursos naturais presentes na região, por exemplo) como os setores de Serviços Industriais de Utilidade Pública, de Construção Civil, de Comércio, de Serviços e de Administração Pública, enquanto setores mais específicos como a Extrativa

¹ Johann Heinrich von Thunen (1783-1850).

² Alfred Weber (1868-1958).

Mineral, e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca tiveram aumento da concentração espacial.

Para alcançar os resultados pretendidos, ferramentas como as medidas de localização e de especialização que envolvem uma análise com metodologia aplicada de distribuição espacial, composição setorial e do padrão de concentração das atividades, tal qual se encontra em Haddad *et al* (1989), foram utilizadas. Os dados de emprego formal foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que ocorreu através da plataforma de acesso online, sistema Dardo, do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) do Brasil, comumente utilizada para estudos analíticos da área, com o filtro IBGE Setor, sendo divididos em oito setores: 1 – Extrativa Mineral; 2 – Indústria de Transformação; 3 – Serviços Industriais de Utilidade Pública; 4 – Construção Civil; 5 – Comércio; 6 – Serviços; 7 – Administração Pública; 8 – Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Sobre as principais ferramentas de análise serão utilizados Quociente Locacional (QL), Coeficiente de Localização, Coeficiente de Associação Geográfica, Coeficiente de Redistribuição, Coeficiente de Especialização e Coeficiente de Reestruturação, tal qual aparece em Haddad *et al* (1989) e Porsse e Vale (2020).

O presente trabalho será dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro abordará a retomada da análise espacial e o embate entre especialização e diversificação da atividade produtiva. O segundo dará enfoque à comparação do contexto nacional com o estadual, destacando os principais aspectos dos movimentos setoriais no Brasil e da Bahia. E no último será feita uma análise sobre as mudanças na composição setorial da Bahia entre 2002 e 2019 à luz da teoria de Paiva (2006) sobre a especialização desqualificada (centrada em produtos primários, matérias-primas, minerais) em países subdesenvolvidos e de Marshall (1982) e Krugman (1999), sobre as vantagens de aglomerações geográficas num mesmo setor.

1 A RETOMADA DA ANÁLISE ESPACIAL E O EMBATE ENTRE ESPECIALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA

1.1 Origens da economia espacial e a formação do pensamento regional brasileiro

As primeiras contribuições teóricas no campo da economia espacial vieram junto com as primeiras formulações da economia enquanto ciência sistematizada, através de arcabouços como as vantagens comparativas³ de David Ricardo⁴, enfatizando algumas variáveis como produtividade e custos de alocação, que se mostraram importantes no âmbito da ciência regional e para o estudo da geografia econômica⁵.

Nasser (2000) declara que a não inclusão da economia regional ou a análise espacial nas teorias econômicas estava “intrinsecamente ligada à necessidade de simplificações e limitações de hipóteses e variáveis ou à complexidade das características dos elementos analisados nas teorias”, entretanto com o passar dos anos ficou evidente a grande relevância das questões espaciais e locais para lidar com fatores como mão-de-obra, recursos naturais, vantagens competitivas, desequilíbrios regionais e outros aspectos essenciais para a organização econômica.

Ao mencionar o termo geografia econômica, destacam-se três cientistas essenciais nesse âmbito: Heinrich von Thunen, Harold Hotelling⁶ e Paul Krugman⁷.

O primeiro deles, Thunen, é considerado fundador da teoria do uso do solo e o seu trabalho serviu de pilar para o desenvolvimento da moderna economia urbana, enquanto a contribuição de Hotelling estava voltada à competição no espaço e a maneira pela qual as empresas escolhem sua localização num ambiente estratégico. Krugman destacou a sustentação microeconômica das aglomerações econômicas espaciais e os desequilíbrios regionais nos níveis nacional e internacional. Embora tais contribuições sejam de inestimável importância no

³ A Teoria das Vantagens Comparativas de autoria de David Ricardo (1772-1823) se baseia no princípio de que se um país produz algo com um custo de oportunidade inferior ao de outros países, logo ele possui uma vantagem comparativa frente aos demais. É uma espécie de teoria paralela às Vantagens Absolutas de Adam Smith, que acreditava que o país deveria produzir tudo que tenha maior eficiência que os demais, sem levar em consideração o *trade-off* do custo de oportunidade.

⁴ David Ricardo (1772-1823): um dos maiores economistas clássicos muito conhecido pela Teoria das Vantagens Comparativas, a qual se constituiu como base do comércio internacional.

⁵ A Geografia Econômica é um dos âmbitos da economia que observa as atividades econômicas as relacionando com o espaço geográfico onde elas estão presentes, a forma de distribuição e de como elas interagem uma com as outras.

⁶ Harold Hotelling (1895-1973): estatístico matemático e teórico econômico.

⁷ Paul Robin Krugman (1953-): economista norte-americano e vencedor de um Nobel de Economia por suas contribuições sobre a teoria do comércio e da geografia econômica

campo econômico, nenhum deles pode ser considerado um economista espacial, principalmente pelo fato dessas questões espaciais consideradas por eles não estarem associadas diretamente à localização das atividades, mas sim por motivos como alocação de recursos e determinação de preços, funcionamento de mercados oligopolistas e retornos crescentes e competição imperfeita nos mercados globalizados, questões que não estão diretamente ligadas à análise espacial.

A respeito das principais teorias da Economia Regional, Cavalcante (2008) destaca a grande relevância dos trabalhos de Von Thunen (1826)⁸, Marshall (1890)⁹, Weber (1909)¹⁰, Schumpeter (1911)¹¹ etc., como produções que serviram de base para o desenvolvimento de teorias de economia regional mais modernas como os polos de crescimento de Perroux (1955)¹², os efeitos para a frente e para trás de Hirschman (1958)¹³ e a teoria da base exportadora de North (1959), conforme a Figura 1.

⁸ Livro O Estado Isolado (1826)

⁹ Marshall (1842-1924): Princípios de Economia (1990)

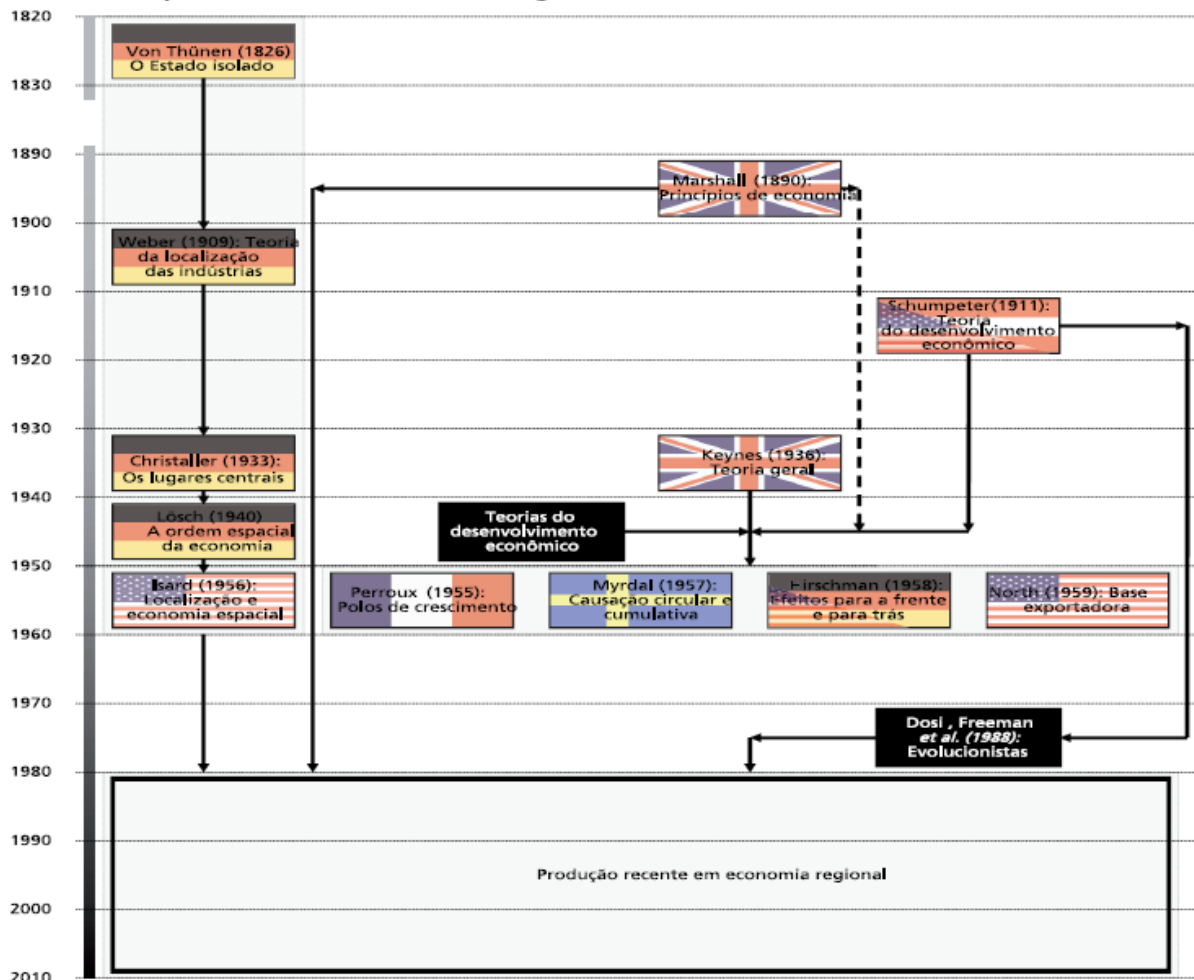
¹⁰ Teoria de Localização das Indústrias (1909)

¹¹ Joseph Schumpeter (1883-1950): Teoria do Desenvolvimento Econômico (1911)

¹² François Perroux (1903-1987): Polos de Crescimento (1955)

¹³ Albert Hirschman (1915-2012): Efeitos para a frente e para trás (1958)

Figura 1: Principais teorias em economia regional



Fonte: Cavalcante *apud* CRUZ et al (2011, p. 46)

No início do século XIX, segundo Mendes (2004), os conceitos clássicos e liberais do comércio internacional dominavam o campo teórico do debate econômico, enquanto o Brasil migrava para uma economia especializada na produção cafeeira, seguindo os moldes clássicos de especialização produtiva internacional. Ao mesmo tempo, reorganizava sua estrutura social e produtiva, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país, enquanto o Norte e Nordeste tiveram menor atenção.

Todo esse processo de reorganização interna foi estimulado por políticas voltadas ao estímulo da cadeia produtiva, principalmente do café na época. Algumas décadas depois, já em meados do século XX, políticas industriais passaram a ser defendidas no país, embora continuassem concentradas no eixo Centro-sul. Em meio ao debate desenvolvimentista nos anos 1940, a análise regional brasileira ganhou espaço, sendo a economia espacial uma de suas vertentes que, de acordo Mendes (2004), surgiu juntamente com a economia do desenvolvimento:

A economia espacial é contemporânea da economia do desenvolvimento. Ambas surgem no contexto das críticas ao marginalismo (micro) neoclássico, no final do século XIX, e de uma releitura do novo campo analítico da macroeconomia keynesiana, no início do século XX. Todas essas novas áreas econômicas são sistematizadas de forma mais robusta em meados do século XX, particularmente após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945).

Quanto à análise da economia espacial, ela dá ênfase principalmente a questões que envolvem a desigualdade regional, contando com modelos de origem macroeconômica derivados das teorias de Lewis¹⁴ e Myrdal¹⁵, por exemplo, com cunho estrutural, e microeconômico, utilizando “contribuições teóricas marginalistas ortodoxas” como as de Thunen, Weber e Losch¹⁶. Ela pode ser repartida em duas vertentes menores: a análise regional e a análise locacional (HADDAD et al, 1989, p.48).

A primeira delas, conforme Nasser (2000), possui maior preocupação com as aglomerações das atividades interrelacionadas e próximas dentro de regiões, com maior viés macroeconômico considerando o conjunto dos fatores e as relações entre eles. A análise locacional apresenta maior aproximação com a abordagem microeconômica com o objetivo de direcionar as decisões do agente econômico visando a eficiência econômica, dirigindo-o a melhor localização de acordo com suas premissas (minimização de custos, maximização dos lucros, expansão empresarial, externalidades etc.)

Mendes (2004) reforça que as características da análise ou economia espacial no Brasil se diferenciam do cenário internacional por conta do estado de subdesenvolvimento do país, que a partir de 1960 fez com que a economia espacial, que nasceu com análises regionais, passasse a incorporar análises locais, também por influência da escola cepalina¹⁷ em explorar as questões do subdesenvolvimento. Sendo assim, esses mecanismos da análise espacial não são exatamente uma forma de representar a realidade, mas de confirmar estatisticamente teorias que a abordem mais profundamente.

¹⁴ William Arthur Lewis (1915-1991) foi um economista britânico e o primeiro negro a receber um Nobel em Economia em 1979.

¹⁵ Karl Gunnar Myrdal (1898-1974): economista sueco da Escola de Estocolmo e sociólogo vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 1974.

¹⁶ August Lösch (1906-1945): economista alemão com estudos centralizados na área da ciência regional e de economia urbana

¹⁷ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) tem enfoque estruturalista e foi fundada em 1948 com objetivo de colaborar com os governos latino-americanos no desenvolvimento econômico de seus países, no melhoramento do nível de vida e na ampliação e fortalecimento das relações comerciais. Fonte: cepal.org.

1.2 Contemporaneidade da análise espacial e o embate da concentração setorial e diversificação setorial

Objetivando compreender melhor o comportamento dos setores dentro da economia de um país, estado, região ou afins, a análise espacial tem um papel fundamental ao considerar métricas quantitativas para medir as mudanças ocorridas entre um determinado intervalo de tempo dentro de um recorte espacial considerado. Por muito tempo essa análise permaneceu negligenciada, de acordo com Souza (1981), principalmente pela falha da atuação das políticas econômicas dos governos centrais que se prendiam muito aos grandes problemas nacionais e, sendo as políticas macroeconômicas o centro da discussão, abandonavam questões regionais.

Uma das crenças conservadas até o século XIX era de que as indústrias se prendiam simplesmente à localização das fontes de matérias primas em vez de realizar outras análises para sua implantação. Isso mudou bastante com o surgimento da eletricidade e com a redução dos insumos necessários para a produção, passando assim a ser mais orientadas ao mercado consumidor ou a pontos intermediários, evidenciando a relação entre a industrialização e a urbanização pela dependência crescente das firmas em relação ao mercado consumidor e ao mercado da mão-de-obra (SOUZA, 1981).

Assim, a distribuição geográfica e da população influenciam na rede de transporte, infraestrutura e na própria concentração urbana por meio da criação e desenvolvimento de centros urbanos, muitas vezes estimulados por cadeias industriais. Tais mercados urbanos mais desenvolvidos, como afirma Souza (1981), atraem uma maior concentração industrial, resultando no que é conhecido como economias de aglomeração, que por sua vez seriam mais observadas nas regiões centrais do que em zonas periféricas, o que acentua ainda mais as desigualdades ou desequilíbrios regionais.

Almas (2003) examinou algumas experiências de aglomerações ou *clusters* que obtiveram êxito, identificando a sua trajetória, desde a sua formação. Como resultado, chegou à conclusão de que essas formações ou concentrações industriais proporcionaram muitas vantagens aos envolvidos, como uma maior eficiência coletiva devido à ação conjunta entre eles.

[...] A presença de um conjunto de empresas produtivas, em determinado local, resultaria em economias externas geradas pela interdependência tecnológica existente entre as atividades que permitem a redução do custo de transporte de insumos, a formação de um mercado de trabalho especializado, a troca de ideias entre empresário, e a melhoria da infra-estrutura (ALMAS, 2003, p. 11).

De forma complementar, Cano (2007), utilizando o clássico caso da concentração industrial paulista, aponta algumas das principais condicionantes para esse fenômeno. A primeira questão levantada foi quem promoveu inicialmente a implantação industrial no estado. Para explicar isso, o autor retoma à fase do complexo cafeeiro paulista e o caráter assumido por ele de diversificação econômica com a implantação industrial e com um grande acúmulo de capital, que foi extremamente essencial para o sucesso da instalação das indústrias, até a década de 1930. Outra ligação feita pelo autor e abordada também por Furtado (2005) foi o papel que o complexo nordestino teve no período colonial, já que contava com um funcionamento bem diferente do complexo cafeeiro paulista. A produção no nordeste do país tinha seu excedente apropriado pela metrópole colonizadora ou demais metrópoles como a Inglaterra na época. Com isso, diferente da forma que se deu a formação de capital em São Paulo, o complexo nordestino não conseguiu inserir um sistema de acumulação de capital interno ao país de forma abrangente devido aos impasses postos pela estrutura econômica no período, o que consequentemente impactaria num maior atraso industrial em relação à região sul do Brasil.

Outra razão pela qual nos últimos anos a economia regional passou a ter maior destaque no debate econômico foi a forte conexão existente com a nova economia internacional e a atenção destinada às questões de desigualdades regionais, que engloba também todo um contexto histórico abordado por Furtado (2005) e seus impactos sobre o país.

Nasser (2000) insinua que o processo de globalização amplia ainda mais o destaque à economia regional, já que os países são observados dentro de uma nova ótica como regiões dentro de um bloco, sendo que tal processo por si só seria incapaz de sanar os problemas relacionados à questão da desigualdade e é até considerado como uma de suas causas. Graças a isso, o papel dos estudos e de políticas regionais se mostram indispensáveis para eliminar ou amenizar os impactos de uma má distribuição.

Um fator apontado por Nasser (2000) para explicar a manutenção da distância da economia regional das principais pautas de discussão por um bom tempo foi a não inclusão da análise espacial nas teorias econômicas, até pouco tempo atrás, como ela afirma:

A economia regional constitui um ramo da teoria econômica que, se comparado ao início desta última, configurou-se como uma disciplina específica em um período relativamente recente. A não inclusão da análise espacial nas teorias econômicas está intrinsecamente ligada à necessidade de simplificações e limitações de hipóteses e variáveis ou à complexidade das características dos elementos analisados nas teorias. Porém, com o passar do tempo, as questões espaciais e de localização foram se mostrando evidentes, o que ocasionou o aumento da demanda por seus estudos (NASSER, 2000, p. 146-147).

Cavalcante (2008) ressalta que, além da formação de blocos econômicos entre os países, a possibilidade da integração remota de processos motivou o surgimento de novos padrões de localização e com isso uma retomada da economia regional nas décadas de 1980 e 1990. A partir disso, novas teorias e métodos foram elaborados visando suprir as demandas existentes de estudos sobre o desenvolvimento regional e geográfico da economia, como a “nova geografia econômica”, que aborda conceitos mais voltados a aglomeração e custos de transportes via modelos matemáticos. Além disso, o autor expressa que a partir desse período a produção teórica da economia regional assumiu um caráter mais interdisciplinar do que antes, com um volume e variedade maior de referências.

Sobre as teorias clássicas da localização, Cavalcante (2008) indica Von Thunen como seu precursor e afirma que posteriormente houve autores fundamentais, como Weber, que desenvolvem uma teoria da localização das indústrias, sendo seguidos, mais à frente, por outros. O papel de Von Thunen com sua teoria dos anéis em sua obra *O Estado Isolado* (1826) é considerado como importante marco para a elaboração de modelos mais sofisticados de aglomerações espaciais, contendo insights acerca dos motivos que levam à aglomeração e que só foram retomados nas últimas décadas, mais de cem anos após a obra.

As teorias com ênfase nos fatores de aglomeração, consoante Cavalcante (2008), rivalizam com as teorias de localização no sentido de valorizar os efeitos que são ignorados por elas, conhecidos como externalidades. Hipoteticamente, Marshall (1882) seria um dos autores pioneiros das teorias de aglomeração, com suas abordagens sobre as vantagens regionais atraírem aglomerações não só pelas economias de escala em si, mas pelas relações estabelecidas entre as firmas vizinhas.

Muitas das economias na utilização de mão de obra e maquinaria especializada não dependem do tamanho das fábricas individuais. Algumas dependem do mesmo gênero de fábricas na vizinhança; enquanto outras, especialmente relacionadas como adiantamento da ciência e o progresso das artes, dependem principalmente do volume global de produção em todo o mundo civilizado (MARSHALL, 1882, p. 229).

A respeito do conflito da melhor opção entre concentração e diversificação setorial, Paiva (2006) afirma que Adam Smith via a especialização como uma condição essencial, ainda que não o suficiente, para o desenvolvimento de uma região: primeiro pelas vantagens de produtividade com o ganho de escala; segundo pela produção em larga escala ser maior que as necessidades internas, assim havendo um excedente para exportação; e em terceiro lugar a oportunidade de troca entre os agentes especializados que beneficiariam a todos. Paiva (2006)

ainda indica que autores como os próprios Marshall e North¹⁸ desenvolveram melhor a argumentação de Smith, trazendo abordagens mais complexas, tais como as ideias marshallianas de economias externas e distritos industriais e as contribuições de North sobre os fundamentos take-off da periferia capitalista.

Paiva (2006) aponta que tais formas de especialização têm especificidades diferentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde diferenças estruturais a respeito da forma que se deu a especialização são essenciais para explicar tal fenômeno. Segundo ele:

[...] devido a existência de uma história já transcorrida de industrialização e acumulação capitalista dos países centrais, estes teriam conquistado economias internas e externas nos setores mais dinâmicos, o que imporá uma especialização desqualificada (centrada em produtos primários e em matérias-primas, minerais) à periferia. Essa, no nosso ponto de vista, é a única polêmica real acerca das vantagens da especialização (PAIVA, 2006, p. 2-3).

Já na visão de Jacobs (1969, *apud* BEAUDRY; SCHIFFAUEROVA, 2009), a forma como se dá o desenvolvimento de determinada região estaria ligado ao fato de que as próprias cidades possibilitam o avanço das atividades locais devido às facilidades de inovações e especializações existentes nelas mesmas, sendo essencial para o crescimento exportar e produzir internamente bens e serviços para atividade exportadora e para abastecer o mercado local. Assim, a cidade crescerá através de um processo de diversificação e de diferenciação, estimulado por um trabalho exportador e uma produção voltada para o mercado interno. Nessa linha de pensamento é essencial que o produto interno seja exportado e que novos produtos sejam feitos para abastecer ou repor o mercado interno, o que adicionaria um “novo trabalho” fundamental para criar e recriar economias – um processo que lembra um pouco a Teoria Evolucionária Schumpeteriana¹⁹, que também é reverenciada por Carleial (2011, p. 118 *apud* CRUZ *et al.*, 2011) por “trazer à tona elementos não apenas de mercado para a compreensão dos processos inovativos, tomando como relevante o ambiente de inserção de firma, bem como os elementos institucionais”.

De acordo com Almas (2003), Marshall era um forte defensor da ideia de que as indústrias se especializavam geograficamente pelo benefício da transmissão de conhecimento entre elas, além da redução dos custos de logísticas e a construção de um mercado mais eficiente, assim gerando vantagens competitivas para ambas. Jacobs (1970) por outro lado, indica a diversidade como principal ferramenta de inovações frutíferas, sendo que, quanto maior

¹⁸ Paiva (2006) indica que a teoria das economias externas e dos distritos industriais de Marshall e a da produção e exportação agropecuárias de North são alguns dos destaques desse desenvolvimento.

¹⁹ A Teoria Evolucionária Schumpeteriana analisa a mudança econômica a partir de uma ótica de comportamentos aparte do equilíbrio econômico convencional. Sua análise envolve um processo que passa por estágios de ondas de inovação que envolve novos processos, trabalhos, métodos etc. que ditariam um novo ritmo à economia.

for o número e a variedade de divisões de trabalho, maior seria a capacidade da economia de adicionar ainda mais tipos de bens e serviços à sociedade, contrariando a ideia marshalliana de especialização.

Em Krugman (1999, *apud* SUZIGAN, 2001) encontra-se uma associação entre existência de economias de escala como um resultado de aglomerações geográficas num mesmo setor, ocorrendo uma fusão entre forças centrípetas (*linkages*, mercados densos, *spillovers* etc.) e centrífugas (fatores fixos, custos de instalação e outras deseconomias) que induziriam ou desestimulariam a concentração industrial em determinada região.

Porter (1990) defendia que a concorrência local, em vez do monopólio, favorecia o crescimento e a transmissão de conhecimento em indústrias especializadas concentradas geograficamente. Glaeser *et al.* (1992, p. 1.127) seguem numa linha oposta, acreditando que o monopólio local é melhor para o crescimento do que a concorrência local, porque o monopólio local restringe o fluxo de ideias a outras pessoas e, portanto, permite que externalidades sejam internalizadas pelo inovador.

Breitbach (2005) apoia que a diversificação das atividades econômicas significa uma vantagem muito importante para o desenvolvimento regional, principalmente ao se falar de diversificação da indústria. Ele afirma que a especialização está presente na maior parte das abordagens a respeito do desenvolvimento regional, especialmente por estarem voltadas a regiões especializadas como distritos industriais ou *clusters*. Entretanto, acredita-se que uma grande especialização traz uma maior vulnerabilidade à região, já que as oscilações poderiam prejudicá-las fortemente.

É através dessa linha de raciocínio que Breitbach (2005) afirma que, ao se considerar o grau de incertezas e riscos, a diversificação é um pilar importante para o desenvolvimento regional. Dessa forma:

Do nosso ponto de vista a diversificação pode ser um pilar importante para o desenvolvimento regional, principalmente se considerarmos o grau de incertezas e de riscos que reina atualmente no âmbito da economia mundial. Nosso estudo sobre a região de Caxias do Sul (Breitbach, 2003) mostrou que, ao contrário do que parece ser a tônica das abordagens recentes sobre desenvolvimento regional, a especialização produtiva não é a única via para o sucesso econômico, nem necessariamente a melhor (BREITBACH, 2005, p. 3).

As contribuições teóricas apresentadas nesse capítulo ajudam a entender que, para muitos autores, a diversificação setorial seria a maneira mais segura para se proteger de crises em setores específicos. Entretanto, ao mesmo tempo, a concentração setorial seria a maneira mais vantajosa de concentrar os avanços em um setor e com isso alcançar melhores resultados

e destaque naquele setor, se especializando a ponto de superar e obter vantagens frente aos demais concorrentes. Outra questão abordada é da indispensabilidade da análise regional para auxiliar a resolver conflitos contemporâneos de alocação regional, como os problemas de desigualdade regional e de distribuição setorial.

Retomando a ligação entre especialização e diversificação, é importante salientar que um fator não exclui necessariamente o outro, assim como reitera Paiva (2006). Ser especializado em uma atividade é diferente de ser dependente dela no sentido de a ter como uma “monoatividade”. Isso pode ser notado ao observar a composição dos países desenvolvidos que conseguem ter alta especialização e ao mesmo tempo uma boa diversificação industrial, o que é conhecido como uma economia multiespecializada, diferente do que ocorre nos subdesenvolvidos que geralmente ao se especializarem em determinado setor, têm alta dependência dele.

Sendo assim, a diversificação é um fator que pode gerar certa segurança, mas provavelmente a custo de reduzir a capacidade efetiva caso não haja um bom grau de especialização, principalmente em regiões periféricas de baixo dinamismo e marginalizadas, onde crescer todas as frentes simultaneamente sem identificar as vantagens relativas e absolutas em determinados setores pode não ser o ideal, assim como Paiva (2006) salienta. No contexto baiano por exemplo, vantagens regionais, ou seja, especializações, devem ser observadas com o objetivo de obter destaque nesses setores em específico para futuramente estimular aos demais. Dessa forma, a especialização visaria a multiespecialização e não a monoespecialização, uma peça-chave, mas não suficiente, para objetivos de crescimentos mais sustentáveis.

2 CONTEXTO NACIONAL VERSUS ESTADUAL: PRINCIPAIS ASPECTOS DOS MOVIMENTOS SETORIAIS NO BRASIL E DA BAHIA

2.1 Breve apresentação do estado e disparidades regionais entre o Nordeste e Sudeste do país

A Bahia, segundo o IBGE, está situada ao sul da região nordeste fazendo fronteira com oito estados e é o quinto maior estado brasileiro em dimensões geográficas, tendo também a maior faixa costeira nacional banhada pelo Oceano Atlântico, a quarta maior população do país (quase 15 milhões de habitantes segundo a estimativa do IBGE em 2020) e tem como capital a cidade de Salvador, a terceira cidade mais populosa do Brasil e a sua primeira capital. Além de Salvador como capital estadual, há ainda outros municípios classificados como capitais regionais, sendo eles Feira de Santana, Vitória da Conquista, Barreiras, Itabuna-Ilhéus e Juazeiro.

Dentre as principais atividades econômicas pode-se destacar o turismo, a indústria, a agropecuária, a mineração e o setor de serviços. Em relação ao volume de exportações a Bahia teve participação em mais de 48% relativamente à região Nordeste no primeiro semestre de 2019, de acordo com Freire (2019), tendo como principais produtos a madeira (com 14,4% da região), soja (10,7%) e óleo combustível (10,3%). Por outro lado, o estado apresentou uma redução das vendas do setor automotivo, embora tenha havido um crescimento do comércio de algodão.

O estado baiano se tornou independente em 1823, um ano após a independência do Brasil. Isso porque houve resistência de membros da corte de saírem da Bahia e cederem à emancipação, que só ocorreu após embates militares, inclusive com uma das batalhas mais violentas do processo de independência. Sobre esse período, Aguiar (1958, p. 8) enfatiza que a Bahia já apresentava sinais de atrasos oriundos de alguns fatores, entre eles o comportamento da elite, que tinha um “escasso espírito empresário-industrial” e visava “apenas elevados lucros nas atividades mercantis”, que apresentava alta rentabilidade. Causas institucionais como crédito escasso, técnicas atrasadas e outros seriam alguns dos maiores motivos para o atraso industrial da Bahia:

Inúmeras outras causas concorrentes têm sido apontadas para o nosso reduzido crescimento, condicionante do nosso atraso industrial; causas institucionais: crédito escasso, técnica atrasada, instrução reduzida, pouco espírito de iniciativa, formação excessivamente jurídico-literária, etc.; causas econômicas, como ruína [...], a escassez de certos recursos, tais como o

carvão, o ferro e mesmo o petróleo, o pequeno poder aquisitivo do mercado local, a má orientação [...] (AGUIAR, 1958, p. 8-9)

A consequência de tudo isso foi de um estado apresentando sérios sinais de esgotamento ainda na primeira metade do século XX, tendo que ser suprimido pela iniciativa estatal com um novo plano de investimento industrial, que será melhor apresentado mais à frente.

Historicamente a Bahia teve sua economia praticamente dependente da produção de cana de açúcar por mais de três séculos, sendo também o local de maior concentração de capital, embora os ganhos com as atividades na região tenham sido exportados para a Europa e de não ter havido um fluxo circular da renda internamente, tendo como consequência a inexistência de poupança interna, como apontado por Furtado (2005). No entanto, com a chegada do ciclo cafeeiro, o centro dinâmico enraíza-se no sudeste do país, onde de fato havia uma grande escala operacional, porém de uma forma bem distinta do que ocorreu no Nordeste. Isso acontece porque nesse momento histórico o Brasil não era mais uma colônia como antes, e estava em vias de consolidar-se como um país, embora sua estrutura ainda fosse muito precária no século XIX e estivesse numa fase de transição do trabalho escravo para o assalariado e do estabelecimento de vínculos de capital internos.

Tal concentração econômica em torno da região sudeste ao longo do século XX foi um fator primordial para que ao final dele, em 1997, dados estatísticos apresentados por Nasser (2000) apontassem que essa região concentrava mais de 50% do PIB Nacional, seguido pela região Sul (18%), Nordeste (13%) e o Norte e Centro-Oeste (10% no somatório das duas), conforme pode ser observado na Figura 2. Ainda segundo Nasser (2000), os resultados desse mesmo ano são semelhantes aos encontrados para os anos de 1985 a 1997. Algo parecido pode ser observado ao se analisar o PIB per capita entre as regiões Nordeste e Sudeste do país, em que essa última, no período analisado, tinha um indicador até três vezes maior, como apontam as Figuras 2, 3 e 4.

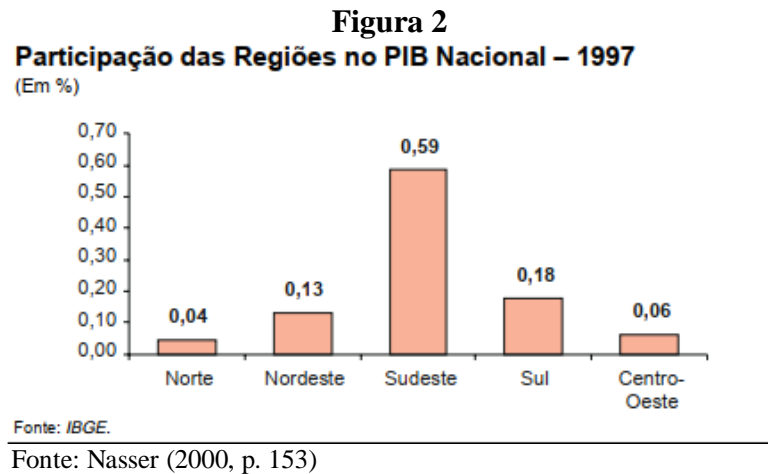


Figura 3: Evolução do PIB Per Capita do Nordeste do Brasil entre 1985/1997

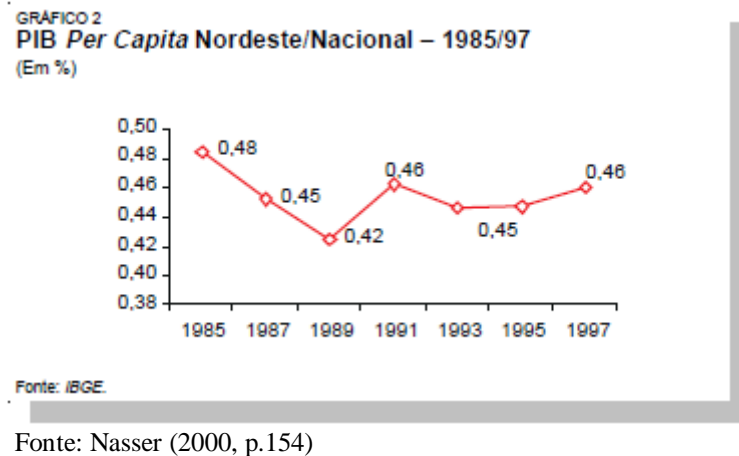
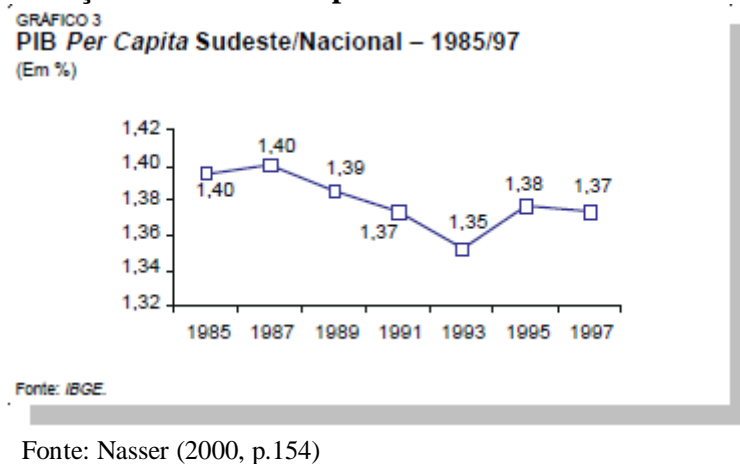


Figura 4: Evolução do PIB Per Capita do Sudeste do Brasil entre 1985/1997



Um dos fatores responsáveis por essa disparidade entre o Sudeste e o Nordeste do país foi o processo de industrialização brasileiro, que teve os anos da depressão econômica da década de 1930 como seu marco inicial, conforme Versiani e Versiani (1975). Por sua vez, o pontapé do processo industrial se relacionava à incapacidade importadora do país para suprir

necessidades internas. Tal desequilíbrio importador é reforçado por Furtado (2005) como consequência da própria estrutura exportadora do país, que também foi possivelmente a maior responsável pela industrialização tardia, juntamente com os ciclos e contextos econômicos durante os séculos XIX e XX.

Além do desenvolvimento industrial do país ter sido tardio, ainda se aprofundou na parte ao norte, incluindo um dos maiores estados, a Bahia. O sudeste do país já ensaiava alguns investimentos em fábricas como ocorreu na década de 1840 com fábricas de tecidos; em 1870-1875, com maior investimento no Rio de Janeiro; em 1885-1895 expansão da manufatura têxtil com aumento do número de fábricas e da capacidade instalada; e em 1905 até a Primeira Guerra (VERSIANI e VERSIANI, 1975). Uma das evidências de que a Bahia não havia recebido a atenção devida é que ao início do século XX, constatava-se que no século anterior o estado possuía uma indústria de transformação relativamente mais diversificada. Teixeira e Guerra (2000) enfatizam uma série de questões responsáveis pela desindustrialização que serão exploradas mais à frente.

Retomando a períodos mais recentes, algumas das consequências de um “crescimento desequilibrado” do país podem ser observadas analisando os dados do IBGE de 2014. Nota-se uma participação no PIB das regiões bem semelhante ao encontrado em 1997 (Gráfico 1), com uma pequena redução de participação do Sul (18% para 16,4%) e Sudeste (59% para 54,9%) e um aumento expressivo do Centro-Oeste (que, anteriormente, junto com o Norte representava 10% e em 2014 representava, sozinho, 9,4%), enquanto a região Nordeste praticamente manteve-se nos 13%, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1: Mapa com a participação percentual das regiões no PIB brasileiro em 2014



Fonte: Rede Brasil Atual (2016)

A disparidade dos dados das duas regiões (Sudeste e Nordeste) já sinaliza o quão desiguais são entre si, ainda que considerando as particularidades regionais que constituem cada uma delas. Isso pode ser explicado por uma infinidade de motivos, como a existência ou não de economias de aglomeração, a diversidade e volume de investimento industrial, localização geográfica, condições ambientais (como a seca, que é uma forte característica do Nordeste) e as condições históricas que compuseram cada uma das regiões, assim como aponta Cano (2007) ao afirmar que as próprias condições tradicionais da estrutura produtiva nordestina restringiu a acumulação de capital e a expansão do mercado interno, sendo mais um fator que compactuou à dificuldade da promoção industrial mais dinâmica, assim como ocorreu no Norte do país, onde apesar de um ciclo de borracha que durou metade de um século, não houve geração de um complexo econômico para promover a economia dessa região, ao menos para lidar com a crise da borracha (CANO, 2007, p. 94-95).

Embora haja tantos motivos a ser apontados é necessário também compreender como ocorreu a construção histórica que permitiu uma tão íngreme disparidade regional. Cano (2007) explora bem a questão regional correspondendo aos desequilíbrios na economia brasileira,

partindo do ponto de vista de compreender o processo dinâmico da economia e as raízes do desenvolvimento paulista desde a formação do complexo cafeeiro. Segundo ele, diferente de atividades anteriores (escrava, mineradora, camponesa autossuficiente etc.), a cafeicultura conseguiu preencher amplamente as condições de um sistema de produção condizente com as relações capitalistas a ponto de consolidar um complexo muito mais avançado do que se encontrou no Vale do Paraíba ou na economia amazônica no ciclo da borracha, o que foi um dos fatores que gerou o sucesso paulista no processo de industrialização e de consolidação como o estado com maior participação no PIB do país.

Nasser (2000) discorre de que “os níveis de desigualdade existentes no país alcançam patamares elevados e não possuem qualquer tendência aparente de reversão” (p. 155), sendo que a origem das desigualdades também pode ser explicada pelo passado brasileiro caracterizado como agrário e exportador para atrair investimentos e consequentemente tendo seu ritmo interno determinado majoritariamente pelo mercado internacional (p. 156). Ela ainda reforça que houve uma transição desse padrão agrário-exportador para o urbano-industrial que gerou uma intensa centralização em São Paulo e no Rio de Janeiro, deixando as demais regiões esquecidas.

Alguns marcos históricos brasileiros, como menciona Nasser (2000) proporcionaram ainda maior concentração na região Sul/Sudeste entre 1950 e 1975, como o Plano de Metas ao final de década de 1950 e o “milagre econômico”, principalmente pelo fato de que o consumo estava altamente concentrado no Sul e Sudeste. Após o milagre econômico houve um período de desconcentração, entre os anos 1975 e 1985, responsável por incentivos em regiões periféricas do país:

Já o período seguinte de desconcentração (1975/85), segundo Guimarães Neto (1997, p. 54), se daria com a desaceleração da economia que se seguiu à fase de expansão do “milagre”, quando ocorreram políticas de desenvolvimento que incentivaram a localização de atividades econômicas em regiões periféricas. Para Barros (1997, p. 46), o aumento dos investimentos em infra-estrutura, iniciado na época do “milagre”, possibilitou maior ligação entre as diversas regiões do país e teve importante papel na tendência para a convergência regional, devendo-se destacar também o importante desempenho das indústrias extrativas minerais e da agroindústria, que espalharam por todo o território nacional uma grande demanda por bens e serviços anteriormente demandados apenas pelas regiões Sul e Sudeste. (NASSER, 2000, p. 157)

O avanço das estatais teve um papel importante nas regiões periféricas do país já que elas funcionavam como uma “forma de promoção de desenvolvimento em diferentes regiões do país pelo Estado” (NASSER, 2000, p. 157). Esse processo de desconcentração só teve mais êxito, de acordo com Guimarães Neto (1997), nas economias regionais que se integraram de melhor forma devido às suas especializações com a economia nacional, guiada pelo Sudeste do país.

Durante a década de 1980 há queda dos investimentos no país em infraestrutura e sinais de esgotamento econômico, dando início a uma fase de crise e estagnação, sendo conhecida como a década perdida.

Ainda a respeito dos movimentos de desconcentração ocorridos nesse período, Guimarães Neto (1997, p.60) alega no Nordeste conjuntos de atividades foram implantados e consolidados como: o polo petroquímico da Bahia; os investimentos na agricultura irrigada do São Francisco e do vale do Açu; o complexo minero-metalúrgico no sul do Pará; o avanço das atividades industriais nas áreas metropolitanas nordestinas; e a produção de grãos no oeste baiano e nos cerrados piauienses e maranhenses. Essas atividades foram responsáveis pela integração produtiva com as demais economias regionais do país.

2.2 A indústria baiana nas décadas de 1960 a 1990

De acordo com Nogueira *et al* (2017), a Bahia apesar de tido sido o primeiro estado brasileiro a desenvolver atividades econômicas encontra-se em uma posição periférica em termos de industrialização ao ser comparada com outros estados brasileiros na cadeia nacional. Esse fato pode ser explicado por uma série de fatores, começando pela transição da cultura da cana de açúcar no Brasil colônia para o café, cultura que se concentrava no sudeste do país, principalmente em São Paulo.

Após o fim do ciclo do açúcar a economia baiana experimentou algumas outras atividades, mas viu no cacau uma de suas principais fontes de receita. Porém, com o passar dos anos, viu seu processo industrial cada vez mais atrasado quando comparado com a região centro-sul do país. A respeito disso North (1955, *apud* SCHWARTZMAN, 1977) afirma que a mudança de uma base agrícola para uma industrial é um passo indispensável para que haja um crescimento econômico sustentável, o que ao longo da maior parte da sua história a Bahia não conheceu.

Esse processo de atraso industrial foi explorado por alguns autores que tentaram entendê-lo e o porquê de o estado não conseguir se industrializar no século passado enquanto o sudeste do país se desenvolvia a um ritmo bem mais acelerado. Pinto de Aguiar (1977, *apud* TEIXEIRA; GUERRA, 2000) utiliza a expressão “enigma baiano” para caracterizar o processo de não industrialização ou a razão pela qual o estado não se industrializava. Praticamente até a metade do século XX a Bahia apresentava um grande atraso na produção industrial, quando mudanças muito importantes foram feitas para romper esse ciclo.

Na década de cinquenta, diversos autores estavam interessados em interpretar o fenômeno que Pinto de Aguiar (1977) denominou "enigma baiano" e que Dias Tavares (1966) preferiu chamar de "involução industrial da Bahia". O problema era expresso da seguinte forma: enquanto no século passado a Bahia contava com uma indústria de transformação relativamente diversificada, nas décadas de quarenta e cinquenta ela se concentrava no setor alimentício (padarias, torrefação de café, moinhos), notando-se uma impressionante estagnação dos setores têxtil e fumageiro. (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p.2)

A economia baiana até então era marcada por uma estrutura produtiva baseada no setor primário exportador com uma alta dependência da produção de cacau que era um setor considerado intensivo em mão-de-obra desqualificada, como afirmam Teixeira e Guerra (2000). Portanto os problemas em si eram ainda mais agravados devido às condições da infraestrutura local do estado, com uma baixa dinâmica produtiva, sendo que a mão-de-obra qualificada também acabava sendo exportada para outros estados, notadamente do eixo centro-sul devido à falta de oportunidades no estado da Bahia.

Mudanças mais impactantes foram feitas para quebrar esse círculo vicioso, principalmente com base em um processo de planejamento que ocorreu por volta dos anos 1950 que resultou na criação de um sistema estadual de planejamento, tendo o governo estadual agido diretamente como investidor ou financiador muitas vezes para implantar novas indústrias. Um fato importante que beneficiou o planejamento foram as descobertas de óleo e gás na região do Recôncavo baiano e o projeto da construção da Refinaria de Petróleo Landulpho Alves (RLAM), que ficaria sob a direção da Petrobrás que também foi criada nesse período, contando em pouco tempo com expansão da sua capacidade produtiva e gerando emprego e renda no estado, principalmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Esse fato, proporcionou transformações sociais muito importantes para o desenvolvimento industrial baiano.

Levando em consideração o impacto dos investimentos da Petrobrás, pode-se considerar que isso foi o ponta pé inicial e essencial para o processo de industrialização baiano, ainda que a construção de refinaria não tenha se apoiado necessariamente na ideia de polo de crescimento, mas sim numa questão logística mais voltada às teorias clássicas da localização. No fim, os benefícios gerados são facilmente associados a isso pelos impactos que foram gerados na cadeia produtiva.

Na década de 1960 dando continuidade ao planejamento voltado à industrialização do estado, foram adotadas outras medidas como incentivos fiscais por parte do Banco do Nordeste (BNB), visando principalmente indústrias de consumo final e a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), com a aplicação de uma política de desconcentração industrial pelo Estado. Essas medidas proporcionaram uma maior força à implantação de indústrias e a formação de distritos

industriais na Bahia, destacando que os incentivos fiscais eram tanto por parte federal quanto do governo estadual, agindo por formas diferentes, como sinaliza Teixeira e Guerra (2000). Entretanto foi a partir dos anos 1970 que o desenvolvimento industrial baiano atingiu um patamar memorável, deixando de ser apenas um estado baseado na agroexportação e na produção cacaueteira, e passando a explorar novas atividades industriais:

Neste contexto, vários empreendimentos foram implantados na Bahia, com destaque para o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), outro projeto industrial localizado na RMS, no município de Camaçari. Antes mesmo do COPEC, o município de Feira de Santana, mais por uma ação municipal do que estadual, criou em 1970 o Centro Industrial do Subaé (CIS), sendo o primeiro centro industrial da Bahia localizado fora da RMS. Com a entrada do governo do estado no projeto, juntamente com a SUDENE, o CIS foi concebido para funcionar como um núcleo de apoio e complementação do CIA e de Salvador, de onde está separado por apenas 108 quilômetros, e dava atenção especial à instalação de pequenas e médias empresas. (NOGUEIRA et al, 2017, p. 4).

O Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) foi uma das iniciativas com maior impacto na economia do estado. Cavalcante (2008) menciona que dentre o conjunto de iniciativas até a década de 1970 o COPEC foi a mais impactante tanto pelos seus efeitos sobre o PIB quanto pela mudança na dimensão estrutural após sua instalação, sendo que só o capital destinado para sua instalação correspondia a cerca de 30% da renda do estado. O autor complementa dizendo que no entorno do Complexo o setor de serviços industriais e comércio conseguiu se desenvolver razoavelmente e isso foi bem-visto principalmente em Salvador. No geral como principal resultado do processo de industrialização das décadas de 1950 a 1970, ocorreu na Bahia uma maior concentração no setor de commodities intermediárias enquanto que outros estados do nordeste seguiram o caminho do sudeste e investiram em indústrias intensivas, o que para Cavalcante (2008), é explicado pela articulação em prol de uma integração entre os mercados do país que acabou ligando o Nordeste com o Sul e Sudeste numa relação de complementação entre regiões, com ênfase na implantação do COPEC em todo esse processo. Entretanto, na década de 1980 o quadro de desenvolvimento do estado começou a apresentar sinais de esgotamento:

Mas, tão logo se maturaram os investimentos do Copec, em meados da década de 1980, a estratégia de desenvolvimento adotada no estado começou a dar sinais de esgotamento. A queda na participação relativa do estado no PIB do Brasil, a partir de 1984, e no PIB da região Nordeste, a partir de 1983, permite concluir que a Bahia sofreu mais intensamente os efeitos do colapso do modelo de desenvolvimento autárquico e o conseqüente desmantelamento das políticas de desenvolvimento regional, motivados pela aguda crise fiscal e financeira vivida pelo país, que terminaria determinando uma redução significativa dos investimentos públicos diretos. (CAVALCANTE, 2008, p.441).

Teixeira e Guerra (2000) explicam esse movimento como uma consequência do fato de a indústria baiana ser voltada para bens intermediários que por sua vez tornavam a economia local fortemente correlacionada com a nacional, e devido à retração nacional no início da década de 1980, a Bahia tenha sido fortemente impactada. Entretanto, a indústria petroquímica baiana teria respondido agilmente a essa crise e encontrado no mercado externo um “escoadouro da produção”, embora não tenha durado tanto tempo. Um quadro eufórico de expansão da RLAM ainda surgiu nos anos 1990, chegando a mais do que duplicar a capacidade de refino dela de 22.350m³/dia para 46.650m³/dia (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p.9). Com isso novas expectativas surgiam em torno do setor petroquímico, como a implantação de um parque produtivo voltado a bens finais no estado, conforme aponta o relatório da Comissão de Planejamento Econômico (CPE, 1991) embora até próximo do fim da década isso não tenha se concretizado devido ao cenário nacional e internacional no período que elevou o grau de incerteza nos investimentos.

Outro setor que apresentou grande crescimento ao longo desse período foi o de celulose, geograficamente concentrada no extremo-sul do estado. Nesse setor, o estado possuía algumas vantagens comparativas sobre os outros estados, como as condições climáticas e a grande disponibilidade de terras que favoreciam o cultivo de eucalipto, com a possibilidade de se ter uma eficiência até dez vezes maior do que certos países (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 11). Apesar disso, essa atividade envolve também outras questões importantes, como o custo de oportunidade que se tem ao se ocupar um volume tão extenso de terras que poderiam ser destinadas a outras atividades: a concentração de terras devido ao fato de a produção ser baseada em grandes extensões de terra; ter um caráter altamente concentrador e intensivo; e o fato de que a celulose em si não ser tão impactante quando o ramo petroquímico:

O que se deseja sublinhar é que este ramo industrial, por seu caráter concentrador – capital intensivo, estreita base de fornecimento, demandante de grandes extensões de terra – e seu baixo nível de articulação interindustrial caracteriza-se como um enclave, não proporcionando as necessárias sinergias para servir como centro econômico dinâmico. Seus impactos são diminutos e localizados tanto setorial, quanto espacialmente, sendo, portanto, restrita a sua importância. Ou seja, uma nova feição para o processo baiano de industrialização não poderia ser obtida com este tipo de atividade. (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p.11)

Mediante os impasses que a Bahia enfrentava com os seus três principais segmentos industriais (químico/petroquímico, metalúrgico e celulose), ficava evidente que novos ramos precisavam ser explorados ou o estado ficaria estagnado como indicado pelas taxas médias de crescimento do PIB apresentadas entre 1980-1995.

Ao longo da década de 1990, o Brasil sofreu grandes reformas, principalmente na área econômica, com a implantação do Plano Real²⁰; um novo regime de metas cambiais; a consolidação do tripé macroeconômico; um novo plano de privatizações; e diversas outras reformas no Estado. O impacto de tais reformas foi essencial para romper com os problemas de inflação inercial²¹ que o país viveu por décadas, além dos problemas de orçamento, dívida pública e descontrole das políticas anteriormente aplicadas no país, que deixaram o Brasil num grave estado por muitos anos. Nos anos 2000 o cenário do país mudou muito, com uma maior estabilidade do câmbio, controle inflacionário e indicadores de crescimento econômico positivos, afastando alguns fantasmas do passado (e conservando outros).

2.3 Composição setorial nacional de 2002 e 2019

O século XXI começou com grandes expectativas, principalmente com o acelerado crescimento da economia brasileira até 2010/2011, enfrentando inclusive a grande crise de 2008/2009 com fortes investimentos para amortizar o impacto dela na economia brasileira. Entretanto na segunda década do século fortes sinais de esfriamento estavam surgindo no cenário brasileiro e com isso o país deixou de ter taxas positivas de crescimento e passou a enfrentar novamente as taxas negativas conhecidas em seu passado. Com tantas mudanças significativas, é interessante e importante observar como se comportou a estrutura do emprego formal entre os setores, considerando os anos de 2002 e 2019, como um paralelo para comparar as principais modificações desses períodos.

Uma forma de conseguir dimensionar quantitativamente as mudanças ocorridas na composição setorial das 27 unidades federativas brasileiras, ao longo dos anos 2000, é aplicando métodos de análise regional com uso de algumas ferramentas básicas como o Quociente Locacional, o Coeficiente de Localização, de Especialização, de Associação Geográfica e de Reestruturação etc., sendo o uso de tais mecanismos essencial para estudos na área da economia regional, estando entre as medidas mais utilizadas nesse campo, como afirma

²⁰ Entre os nomes envolvidos na elaboração esse plano econômico estão Fernando Henrique Cardoso (Ministro da Fazenda na época), André Lara de Rezende (1951-) e Pêrsio Arida (1952-)

²¹ Bresser-Pereira (1934-) em depoimento à Revista Economia Contemporânea (RJ) em 2010 relatou que a alta inflação inercial dominou a economia brasileira entre os anos de 1980 e 1994 e que em conjunto com Yoshiaki Nakano (1944-) desenvolveram suas pesquisas a respeito do tema, que segundo ele antecederam os trabalhos realizados por outros cientistas após ele, que foram responsáveis pela elaboração do Plano Real, principal instrumentos para controlar a alta inflação brasileira no período

Haddad et al.(1989), e, por essas razões, fazem-se indispensáveis para o prosseguimento deste trabalho.

Essas ferramentas de análise podem ser repartidas em dois grupos principais: medidas de localização e medidas regionais. O primeiro deles, segundo Haddad et al. (1989, p. 231), refere-se a medidas de natureza setorial que “se preocupam com a localização das atividades entre as regiões [...] procuram identificar padrões de concentração ou dispersão espacial do emprego setorial, num dado período”. O segundo grupo são medidas que se concentram na “análise da estrutura produtividade de cada região [...] com objetivo de investigar o grau de especialização das economias [...] assim como o processo de diversificação” (HADDAD et al., 1989, p.239).

Essas medidas recebem notória importância na análise econômica, de acordo com Alves (2012), pelo papel que elas têm de auxiliar na compreensão e observação das disparidades regionais, destacando as regiões que necessitam de uma maior atenção por demonstrarem uma maior dispersão em torno de alguma tendência ou comportamento considerado inadequado.

Os dados para aplicação dessas medidas foram retirados da plataforma Dardo disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) dos anos de 2002 e 2019, utilizando o filtro IBGE Setor (divisão dos empregos em oito setores da economia) considerando o total de empregos formais no final do ciclo anual. Para o recorte temporal foi considerado o ano anterior ao primeiro governo Lula até o ano pré-pandemia, devido à disponibilidade de dados dentro da própria plataforma, já que os dados dos anos anteriores a 2002 adotam metodologia divergente.

2.3.1 Ferramentas de análise

Dois conjuntos de ferramentas serão utilizados para a análise dos dados. O primeiro deles são as medidas de localização, com base em Haddad (1989, p.232), sendo as medidas utilizadas com maior frequência na análise regional: o Quociente Locacional, o Coeficiente de Localização, o Coeficiente de Associação Geográfica e o Coeficiente de Redistribuição.

O Quociente Locacional (QL) é uma medida de localização responsável por fazer a comparação percentual de uma região em um setor específico com a participação percentual da região em todos os setores ou no emprego total dentro do grupo analisado, seja considerando o emprego no âmbito estadual, nacional etc., com o objetivo de identificar a relevância/importância relativa da região no setor e indicando a possibilidade de uma atividade da região ser voltada à exportação ou não. Quando o coeficiente é superior a 1, a atividade em

análise é considerada com tendência à exportação ou uma atividade básica, diferente de quando ele é inferior a 1 e indica ser uma atividade não básica, no sentido de ser apenas voltada para o mercado da própria região (HADDAD, 1989, p.232). Alves (2012) comenta que esse indicador é o mais difundido na literatura, pois aponta quais são os setores mais especializados e que, por isso, na visão de North²² e Isard²³, é um dos indicadores mais recomendados. A formulação do Quociente Locacional, tal qual aponta Haddad (1989, p.232) é como aparece na Equação (1).

$$QL_{ij} = \frac{\frac{E_{ij}}{E_i}}{\frac{E_j}{E}} \quad (1)$$

Na Equação (1) E_{ij} representa o emprego do setor na região, E_i é o emprego total na região, E_j é o emprego total no setor e E se refere ao emprego total.

Já o Coeficiente de Localização é responsável por demonstrar se determinado setor tem um padrão de concentração regional mais intenso ou não que o conjunto de todos os setores, ou seja, é uma ferramenta que auxiliar a “identificar o grau de dispersão relativa das atividades econômicas e selecionar aquelas que presumivelmente, teriam menor tendência à concentração espacial” (HADDAD, 1989, p.233), sendo que os setores que se aproximam de 1 são aqueles que apresentam uma distribuição mais diferenciada se comparada aos demais. Segundo Alves (2012), dentro desse intervalo, é possível classificar os setores em mais distribuídos (coeficiente próximo a zero), com concentração intermediária (próximo a 0,5) e muito concentrados (próximo de um), podendo assim identificar os setores que necessitam de maior atenção das políticas. O Coeficiente de Localização, segundo Porsse e Vale (2020), tem sua formulação tal qual aparece na Equação (2).

$$CL_i = \frac{\sum_j \left(\left| \frac{E_{ij}}{E_i} \right| \right) - \sum_i \left(\frac{E_{ij}}{E_i} \right)}{2} \quad (2)$$

²² Douglass Cecil North (1920-2015): economista estadunidense considerado um dos fundadores da economia institucional e premiado com o Nobel de Economia de 1993

²³ Walter Isard (1919-2010): economista estadunidense nascido na Filadélfia considerado um dos fundadores da disciplina Ciência Regional e Ciência da Paz, responsável por traduzir algumas das principais teorias de localização alemãs e autor de livros muito importantes na área de Economia Regional como *Location and Space-economy* (1956), *Industrial Complex Analysis and Regional Development* (1959) e *Methods of Regional Analysis* (1960).

Na Equação (2) E_{ij} representa o emprego do setor na região em determinado setor e E_i é o emprego total na região. Essa equação estabelece a relação entre a distribuição percentual do emprego em certo setor entre as regiões com a distribuição percentual do emprego total entre as regiões.

Seguindo uma lógica também simples, o Coeficiente de Associação Geográfica (CAG) identifica se a distribuição espacial de um determinado setor é semelhante à distribuição de outro setor, variando de zero a um, sendo que quanto mais próximo de zero, mais associados ou semelhantes espacialmente são os setores comparados. Alves (2012) afirma que é mais comum ver coeficientes menores na comparação entre setores complementares, já que um depende do outro, o que será mostrado mais à frente na análise dos dados. O Coeficiente de Associação Geográfica é demonstrado na Equação (3).

$$CAG_{ik} = \sum_j \frac{|j^{ei} - j^{ek}|}{2} \quad (3)$$

As variáveis englobadas pelo CAG consideram o somatório (\sum) da participação percentual de um certo setor da região sobre a região referência (j^{ei}), menos, a participação percentual de um outro setor na mesma região sobre a região de referência (j^{ek}), dividido por dois.

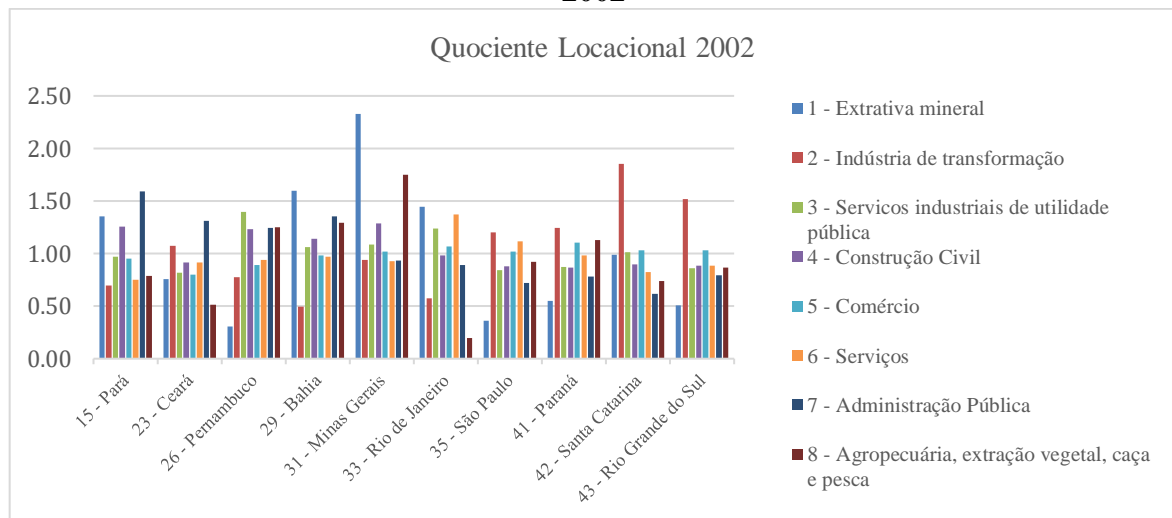
O quarto e último indicador utilizado será o Coeficiente de Redistribuição, que demonstra se em certo período ocorreram modificações significativas na distribuição espacial de determinado setor nas regiões analisadas, sendo também um indicador bem simples, aparecendo formulado na Equação (4), tal qual indicam Porsse e Vale (2020).

$$CR_i = \frac{\sum_j (|(E_{ij}^{t_1}/E_i^{t_1}) - (E_{ij}^{t_0}/E_i^{t_0})|)}{2} \quad (4)$$

O seu valor também oscila entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais significativas terão sido as mudanças ocorridas no padrão espacial de localização do setor no período. O oposto também se aplica, ao se aproximar de 0 o indicado é que a significância das mudanças é relativamente baixa.

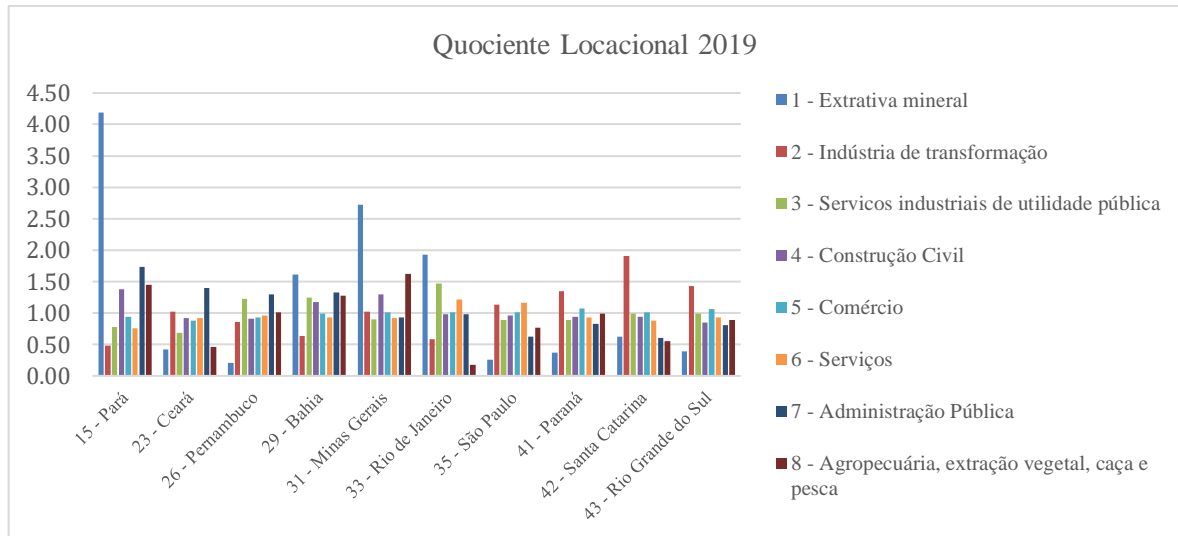
De acordo com a metodologia apresentada, inicialmente foram feitas as análises dos dez estados mais populosos do Brasil, com o objetivo de reduzir a amostra para uma melhor visualização gráfica dos elementos, através dos indicadores anteriormente apresentados, utilizando dados de emprego formal do MTE dos anos de 2002 e 2019 dos oito setores IBGE. Como o primeiro índice, foi aplicado o Quociente Locacional e foram obtidos os resultados constantes nos Gráficos 2 e 3:

Gráfico 2: Quociente Locacional dos setores dos dez mais populosos estados brasileiros - 2002



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Gráfico 3: Quociente Locacional dos setores dos dez mais populosos estados brasileiros - 2019



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

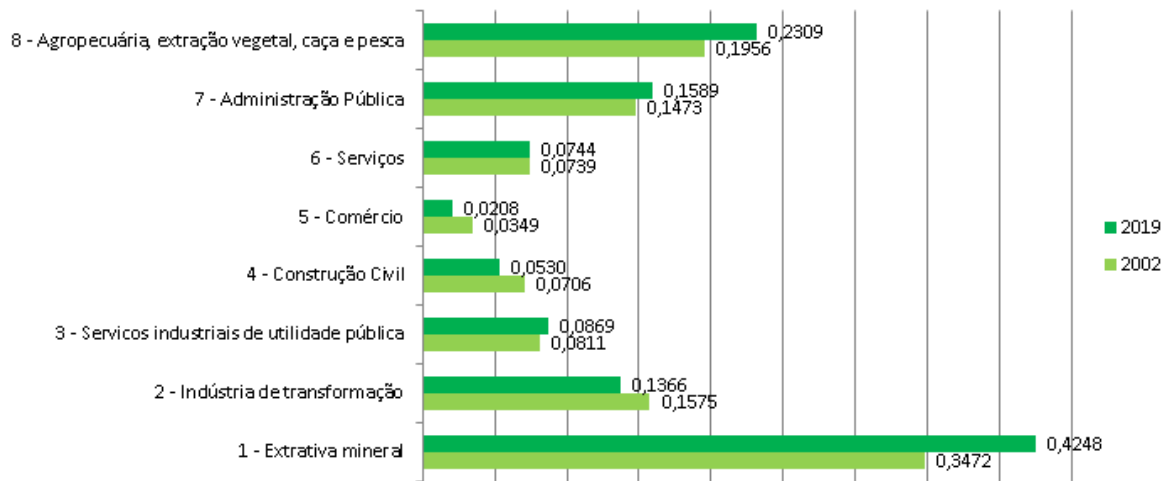
Observando as informações contidas nos gráficos 2 e 3, que evidenciam os Quocientes Locacionais dos anos de 2002 e 2019, respectivamente, poucas mudanças no comportamento do quociente ocorreram em São Paulo e na Bahia, embora esse último tenha o quociente de alguns setores bem superior ao do estado paulista, o que demonstra serem relativamente mais voltados à exportação e não necessariamente que a Bahia é um estado mais forte no setor do que São Paulo.

O Pará foi um dos estados que ganhou um destaque notório no setor 1 (Extrativa Mineral), semelhante ao que o Rio Grande do Norte representava, o que demonstra ser um setor fortemente voltado à exportação nessas regiões, assim como em Minas Gerais.

Já com base nos dados encontrados pelo Coeficiente de Localização, setores como Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (setor 8) e Extrativa Mineral (setor 1) tiveram um aumento da concentração de emprego formal frente aos demais setores no país, enquanto que setores como o Comércio (setor 5) e a Construção Civil (setor 4) tiveram uma queda simbólica no nível de concentração, de acordo com o coeficiente, implicando que o emprego formal desses dois setores em 2019 estava menos concentrado, ou melhor distribuído, do que nos outros setores. Um setor que se manteve em parâmetros semelhantes tanto em 2002 quanto em 2019 foi o de Serviços (setor 6), como pode ser visualizado no Gráfico 4:

Gráfico 4

Coeficiente de Localização Estados Brasileiros - anos 2002 e 2019



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

É importante salientar que o Coeficiente de Localização é uma medida de localização que relaciona as distribuições percentuais de emprego de determinado setor entre as regiões com a distribuição percentual do emprego total entre as regiões, com a finalidade de identificar se a forma como estão distribuídos os setores regionalmente se aproximam de um padrão de concentração regional mais intenso ou não do que o padrão do conjunto geral dos setores, sendo que quanto mais próximo de 1, mais concentrado o setor estará se comparado ao conjunto dos setores (HADDAD, 1989, p. 233).

Há também o Coeficiente de Associação Geográfica, que compara a variação de emprego entre dois setores das regiões analisadas e indica relativamente o quão associado, próximos ou semelhantes estão os dois setores comparados, sendo que quanto mais o coeficiente se aproximar de zero, maior a associação entre os setores. Como resultado dessa medida regional pode-se constatar que tanto em 2002 quanto em 2019 as relações de setores que demonstravam menor associação foram entre a Extrativa mineral (setor 1) com os setores de Indústria de Transformação (setor 2), Serviços (setor 6) e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (setor 8), enquanto que as relações dos setores 3 e 5 (Serviços Industriais de Utilidade Pública e Comércio) e 5 e 6 (Comércio e Serviços) foram algumas das que mantiveram maior associação geográfica tanto em 2002 quanto em 2019. O setor de Extrativa Mineral além de ser o setor com menor aproximação geográfica nos dois anos, também se viu ainda mais distante dos demais setores em 2019, com todos os índices das relações intersetoriais ainda mais elevados, como poder ser visualizado nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Coeficiente de Associação Geográfica de 2002

Setores	1	2	3	4	5	6	7	8
1 - Extrativa mineral	0,000							
2 - Indústria de transformação	0,450	0,000						
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0,308	0,228	0,000					
4 - Construção Civil	0,294	0,221	0,065	0,000				
5 - Comércio	0,340	0,152	0,099	0,091	0,000			
6 - Serviços	0,345	0,153	0,107	0,120	0,075	0,000		
7 - Administração Pública	0,342	0,279	0,122	0,127	0,178	0,196	0,000	
8 - Agrop., extração veg., caça e pesca	0,356	0,251	0,217	0,170	0,190	0,232	0,250	0,000

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Tabela 2: Coeficiente de Associação Geográfica de 2019

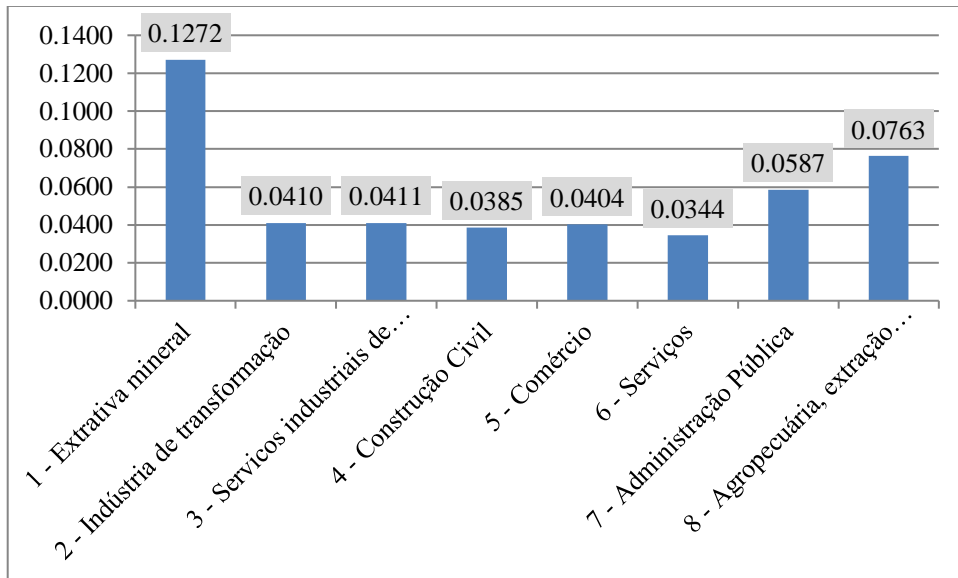
Setores	1	2	3	4	5	6	7	8
1 - Extrativa mineral	0,000							
2 - Indústria de transformação	0,509	0,000						
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0,384	0,202	0,000					
4 - Construção Civil	0,382	0,173	0,107	0,000				
5 - Comércio	0,422	0,131	0,092	0,061	0,000			
6 - Serviços	0,438	0,138	0,111	0,095	0,079	0,000		
7 - Administração Pública	0,392	0,292	0,158	0,161	0,177	0,202	0,000	
8 - Agrop., extração veg., caça e pesca	0,417	0,296	0,245	0,203	0,228	0,276	0,255	0,000

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019). Destaque em verde para os coeficientes com aumento, em vermelho para os com redução e em amarelo para os que não apresentaram mudanças significativas.

Buscando entender se houve algum padrão de concentração ou mudanças significativa de destaque no padrão espacial entre os setores no período analisado, observou-se através do Coeficiente de Redistribuição que poucas alterações impactantes ocorreram nos oito setores, sendo que o setor mais expressivo nesse conceito foi o da Extrativa Mineral (setor 1) com um coeficiente bem superior frente aos demais, como pode ser observado no Gráfico 5, embora a expressividade das mudanças ocorridas em termos do padrão espacial da composição do emprego formal dos setores não tenha sido tão alta a ponto de gerar uma ruptura. De semelhante modo, ao se analisar o Coeficiente de Especialização, que por sua vez não considera cada setor

individualmente, mas o conjunto dos setores em cada região selecionada, observou-se que, na maioria dos estados, não ocorreram também mudanças tão expressivas.

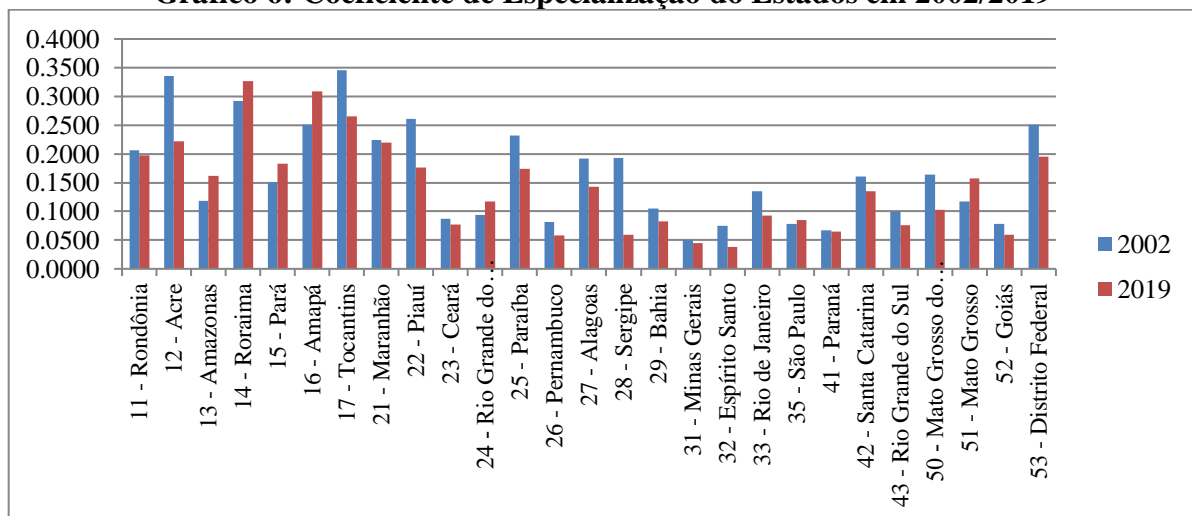
Gráfico 5: Coeficiente de Deslocamento/Redistribuição (CRi) dos estados brasileiros entre 2002 e 2019



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

O setor com maior coeficiente foi o de Extrativa Mineral (setor 1), porém considerando que o valor de tal coeficiente oscila entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 maiores as mudanças que ocorreram, é possível concluir que não houve mudanças tão significativas a ponto de gerar um ponto de ruptura setorial. Algo semelhante também ocorre no Coeficiente de Especialização, em que a maioria dos estados teve resultados com pouca diferença nos dois anos, como poder ser observado no Gráfico 6.

Gráfico 6: Coeficiente de Especialização do Estados em 2002/2019

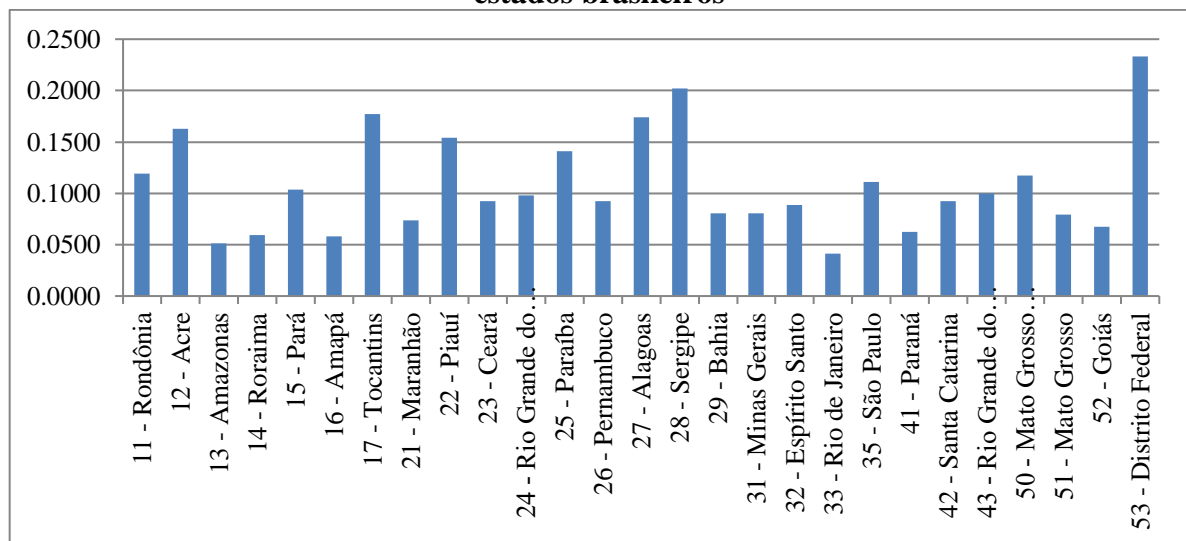


Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Entre os estados que tiveram uma queda mais relevante, indicando que no decorrer dos anos a composição setorial do estado está mais similar à composição setorial da cadeia nacional, pode-se destacar o Acre, Tocantins, Piauí e, principalmente, Sergipe, que obtiveram as maiores quedas do coeficiente, sendo então os que obtiveram resultado relativo mais direcional ao padrão de composição setorial nacional. Por outro lado, os coeficientes dos estados como Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, São Paulo (bem discretamente) e Mato Grosso do Sul foram os que obtiveram altas do coeficiente o que implica em que seu padrão de composição setorial se distanciou, ao menos um pouco, do padrão nacional em 2019. A maior parte das mudanças significativas ocorreram justamente nas regiões Norte e Nordeste do país, enquanto no Sul os coeficientes dos três estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) esse movimento foi bastante singelo.

Um último coeficiente para dimensionar as principais mudanças quantitativas no comportamento espacial dos oito setores nas 27 unidades federativas brasileiras é o Coeficiente de Reestruturação que, segundo Haddad (1989, p. 241), “relaciona a estrutura de emprego na região *j* entre dois períodos, a fim de avaliar o grau de mudança na especialização desta região”, ou seja, faz a comparação entre o emprego de um ano com o outro para medir se a modificação no nível de emprego formal entre os anos foi muito alta ou não. Sendo assim, quanto mais próximo ele for de zero, há indicação de que, provavelmente, não ocorreram ou ocorreram poucas modificações na estrutura do emprego formal no setor. O Gráfico 7 expõe os resultados encontrados para cada um dos estados.

Gráfico 7: Coeficiente de Reestruturação entre os anos de 2002 e 2019 dos estados brasileiros



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

De acordo com os dados do Gráfico 7, o Distrito Federal foi a unidade federativa (UF) que sofreu a maior reestruturação dos setores em termos de emprego formal entre 2002 e 2019, seguida de Sergipe, Tocantins, Alagoas, Acre e Piauí. Estados como o Rio de Janeiro, Amazonas, Roraima e Amapá apresentaram os menores índices de reestruturação nesse mesmo período. Sendo assim, não apresentaram uma reestruturação significativa quanto ao comportamento do emprego formal em 2002 e 2019. A Bahia apresentou um índice dentro da média geral do país.

3 MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL DOS MAIORES MUNICÍPIOS BAIANOS ENTRE 2002 E 2019

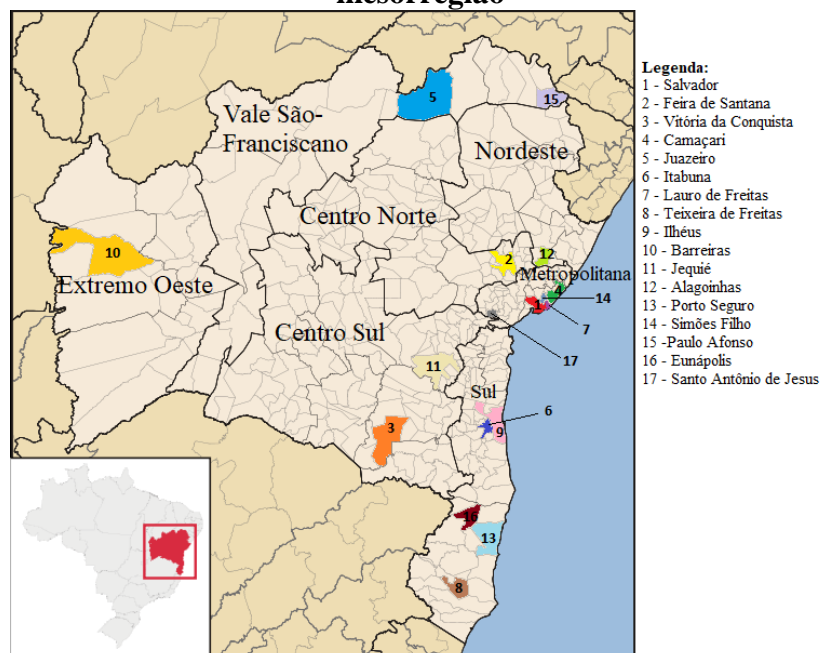
3.1 Informações gerais sobre os municípios selecionados

Saindo do âmbito estadual para o municipal do estado da Bahia, os municípios a serem analisados foram escolhidas de acordo com a estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) do ano de 2020 e pelo critério de população acima de cem mil habitantes. Isso foi feito com a finalidade de encontrar dados mais robustos de emprego formal nos setores e de delimitar a um agrupamento menor de municípios a serem avaliados, tentando manter uma boa relevância da amostra.

Por ordem de tamanho de população, os municípios analisados são: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Juazeiro, Itabuna, Lauro de Freitas, Teixeira de Freitas, Ilhéus, Barreiras, Jequié, Alagoínhas, Porto Seguro, Simões Filho, Paulo Afonso, Eunápolis e Santo Antônio de Jesus.

O Mapa 1 apresenta a localização geográfica, de acordo com as mesorregiões do estado, de cada um dos dezessete municípios, sendo que a numeração de um a dezessete indica cada um dos municípios por ordem de tamanho populacional, sendo Salvador representado por “1”, Feira de Santana por “2”, Vitória da Conquista por “3” e assim em diante.

Mapa 1: localização geográfica dos dezessete municípios do estado por mesorregião



Fonte: Adaptado de Abreu (2006)

Como representantes da mesorregião do Extremo Oeste do estado há o município de Barreiras, com uma população de mais de 156 mil habitantes em 2020. Além disso, Barreiras é um dos polos do agronegócio do estado, principalmente na produção de soja.

Na mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia, estão presentes os municípios de Juazeiro e Paulo Afonso. O primeiro deles tem uma população de cerca de 218 mil habitantes (2020), sendo um dos polos de fruticultura do estado com destaque no setor da agropecuária e considerado o município mais industrializado da região²⁴. Já o segundo, Paulo Afonso, possui aproximadamente 118 mil habitantes (2020) e tem como uma de suas principais atividades a piscicultura, contando com a presença de um parque hidrelétrico em sua região.

No Centro-Norte Baiano está localizado Feira de Santana, o segundo município mais populoso do estado em 2020, ultrapassando os 600 mil habitantes, também um dos municípios mais populosos da região Nordeste do Brasil (11ª posição). Além disso, é considerado bem influente, tendo o comércio como principal atividade econômica, diferente dos municípios citados anteriormente, que tem uma elevada concentração no setor primário/secundário. Outro setor muito significativo no PIB de Feira de Santana é a Indústria²⁵, como poderá ser observado nos dados do Quociente Locacional na próxima seção. De acordo com Freitas (2009, p. 152), “as vantagens locacionais intermediárias entre o Recôncavo e o Sertão baiano fazem com que a cidade funcione como entreposto comercial e atravesse uma rápida expansão do comércio que, [...] favorece o contato com outras regiões”, ampliando o impacto que o município tem sobre a Bahia, principalmente após a implantação do Centro Industrial do Subaé em 1970.

Localizado no Nordeste Baiano, há o município de Alagoinhas com cerca de 152 mil habitantes e situada a pouco mais de sessenta quilômetros de Feira de Santana. Os seus principais setores são os Serviços, Comércio e a Indústria de Transformação, sendo que na década de 1960 foram descobertos poços de gás natural e petróleo, que em conjunto com o transporte ferroviário foi primordial para o seu desenvolvimento econômico. De acordo com a prefeitura de Alagoinhas²⁶, o município apresenta o segundo maior polo comercial do interior e um dos maiores polos educacionais do estado, além de ser um polo para mais de trinta municípios circunvizinhos.

Na Mesorregião Metropolitana de Salvador estão localizados os municípios de Santo Antônio de Jesus (102 mil habitantes), que tem como principais atividades o setor de Comércio

²⁴ O município de Juazeiro conta com um distrito industrial relativamente diversificado (Distrito Industrial do São Francisco - DISF)

²⁵ Destaque especial para a presença de dois principais polos industriais em Feira de Santana: Centro Industrial do Subaé (CIS) e o Centro Industrial Norte (CIN).

²⁶ Disponível em: <https://www.alagoinhas.ba.gov.br/>

e de Serviços; Camaçari (304 mil habitantes), conhecida como “Cidade Industrial” por conta do Polo Industrial de Camaçari, além de possuir o segundo maior PIB municipal baiano; Simões Filho (135 mil habitantes), com um forte polo industrial com mais de duzentas indústrias²⁷ e localizada a apenas vinte quilômetros de Salvador; Lauro de Freitas (201 mil habitantes); e Salvador (mais de 2,8 milhões de habitantes em 2020), a capital do estado e o município mais populoso do Nordeste e o quarto do Brasil.

Lauro de Freitas é um município com destaque de emprego formal principalmente no setor de Serviços, que em 2019 correspondeu a mais de 67% do emprego, a maior concentração nesse setor entre todas as cidades analisadas. Além disso, de acordo com dados oficiais da prefeitura de Lauro de Freitas²⁸, o município tem um forte polo industrial entre as cidades do estado, em especial de cervejaria artesanal.

A capital do estado, Salvador, também apresenta uma alta concentração de emprego formal no setor de Serviços, alcançando 50% do total de empregos, sendo uma das cidades mais antigas e importantes não só do país, mas de toda América Latina, com fundação em 1549. Além de ser o centro econômico estadual, é uma cidade portuária com forte presença administrativa e do setor de turismo (presente na categoria do setor de Serviços). O setor petrolífero, petroquímico e de centros industriais é grande em sua região, incluindo na Região Metropolitana de Salvador (RMS), que concentra uma gigantesca parte da riqueza do estado.

Enquanto isso, no Centro-Sul Baiano estão situados os municípios de Jequié (156 mil habitantes) e Vitória da Conquista (341 mil habitantes), o terceiro maior populoso município do estado. O primeiro deles, Jequié, de acordo com a sua prefeitura²⁹, se desenvolveu a partir da feira que atraía pessoas de toda a região, tornando-se um centro comercial localizado às margens do Rio de Contas, com uma boa base na agropecuária (embora o setor formal tenha baixa concentração de empregos) e com a presença do Poliduto de petróleo e álcool, ganhando notoriedade na distribuição dos derivados de petróleo pela região.

A região de Vitória da Conquista recebeu um grande impulso para seu desenvolvimento com a abertura da Rio-Bahia (Avenida Presidente Dutra) na década de 1960, que foi responsável pela maior integração com outras cidades e estados. Uma de suas características é a produção de café, que ao longo das décadas de 1970 e 1980 atingiu uma

²⁷ Disponível em: <https://simoefilho.ba.gov.br/cidade/>

²⁸ Disponível em: <https://laurodefreitas.ba.gov.br/2021/noticias/especial-59-anos-com-economia-promissora-lauro-de-freitas-se-destaca-na-atracao-de-negocios-e-geracao-de-empregos/2574#:~:text=Al%C3%A9m%20de%20se%20destacar%20no,foi%20o%20de%20cervejaria%20artesanal.>

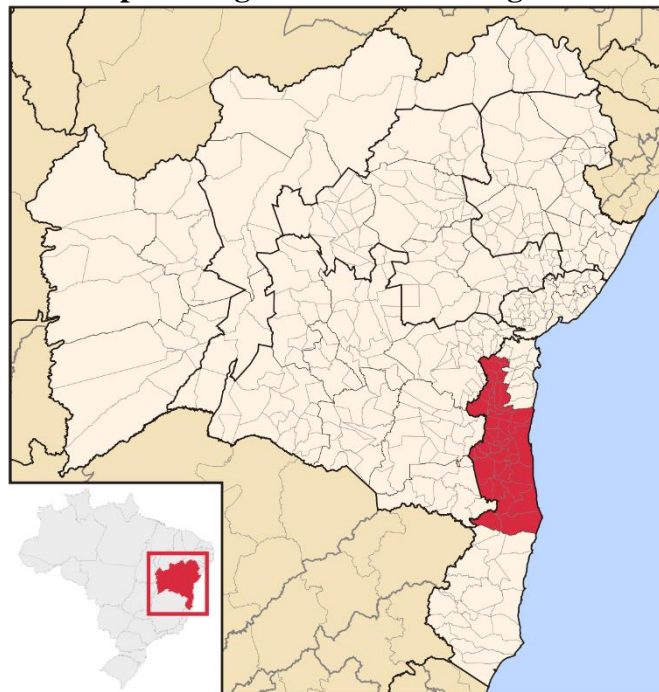
²⁹ Disponível em: <https://www.jequie.ba.gov.br/historia/>

grande escala e enriquecido muitos cafeicultores³⁰. Após a crise do café na região, o setor de Serviços apresentou uma maior diversificação, tornando Vitória da Conquista um polo de serviços para toda a região. O município conta com um polo industrial (Centro Industrial dos Imborés), responsável por mais de 14% do emprego formal, sendo que a maior parte desse emprego se concentra nos setores de Comércio e Serviços, além da Administração Pública, que tem relativamente alta concentração em muitas das cidades baianas.

Por fim, no Sul Baiano há os municípios de Ilhéus (159 mil habitantes); Itabuna (213 mil habitantes); Porto Seguro (150 mil habitantes), que com a construção da BR-101 se tornou um relevante e importante centro turístico; Eunápolis (114 mil habitantes), com ênfase nos setores de comércio, serviços e indústria madeireira; e Teixeira de Freitas (162 mil habitantes), que em suas raízes tem indústrias madeireiras e a agropecuária como base econômica em suas primeiras décadas de formação.

Os dois primeiros municípios, Ilhéus e Itabuna, são municípios vizinhos e muito conectados economicamente, com composições setoriais de empregos formais bem parecidas em alguns setores. Eles formam juntos a microrregião Ilhéus-Itabuna³¹, envolvendo 41 municípios da região.

Mapa 2: Municípios integrantes da microrregião Ilhéus-Itabuna



Fonte: Adaptado de Abreu (2006).

³⁰ Dados disponíveis em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/crescimento/>

³¹ Antiga Região Cacaueira

A microrregião Ilhéus-Itabuna por dois séculos foi dependente da monocultura do cacau, que foi, de acordo com Costa (2018), o motor do crescimento econômico da região. Após a década de 1990, a região passou a explorar melhor o setor de turismo e o industrial. Em Ilhéus, no ano de 2019, o setor de Serviços, que inclui o turismo, foi o que concentrava o maior percentual de empregos formais totais dentre os dezessete maiores municípios do estado. Essa posição era ocupada, em 2002, pelo setor de Administração Pública, que em 2019 passou a ser um dos menos representativos. Apesar da crise do cacau em 1990, Ilhéus destaca-se em sua região pelo seu setor industrial, que inclui indústrias de cacau e um polo de informática.

O município de Itabuna também apresenta uma elevada concentração dos empregos formais no setor de Serviços e tem uma economia semelhante à de Ilhéus, especialmente em relação ao cultivo de cacau, porém com volume bem mais expressivo de empregos no setor de Administração Pública, que em 2019 alcançava a casa dos 19%. Costa (2018) afirma que o investimento no setor industrial e em serviços foi uma estratégia para lidar de forma rápida com a crise do cacau, o que incluiu a rápida instalação de um Shopping Center em Itabuna para estimular o comércio.

3.2 Ferramentas de Análise: principais alterações nos setores dos municípios entre 2002 e 2019

3.2.1 Medidas de localização

De forma similar à metodologia que foi aplicada na análise do conjunto dos estados brasileiros, a apresentação dos resultados começa com o Quociente Locacional dos anos de 2002 e 2019, com as informações constantes nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3: Quociente Locacional de 2002 dos 17 municípios

Município/Setor	1	2	3	4	5	6	7	8
SALVADOR	1,16	0,38	1,11	1,06	0,87	1,03	1,29	0,32
FEIRA DE SANTANA	0,93	2,41	0,51	0,64	1,81	0,75	0,46	0,79
VITORIA DA CONQUISTA	1,14	1,11	0,31	0,82	1,62	0,90	0,70	1,51
CAMACARI	1,86	4,31	1,23	1,70	0,45	0,76	0,57	0,08
JUAZEIRO	0,22	2,22	3,11	0,35	1,05	0,42	0,63	9,31
ITABUNA	0,16	1,73	0,81	0,97	1,33	0,91	0,38	4,44
LAURO DE FREITAS	0,30	0,71	0,14	0,92	0,65	1,99	0,09	0,16
ILHEUS	0,20	1,44	0,02	0,37	0,92	0,81	1,16	3,16
TEIXEIRA DE FREITAS	2,15	1,17	0,20	1,28	1,52	0,55	0,85	4,87
JEQUIE	2,13	2,84	0,36	0,48	1,53	0,58	0,72	1,45
BARREIRAS	0,05	0,96	0,83	0,53	1,81	0,60	0,69	5,70
ALAGOINHAS	0,87	1,73	1,09	0,41	1,73	0,85	0,45	2,45
PORTO SEGURO	0,00	0,23	0,15	0,49	1,03	1,58	0,45	2,26
SIMÕES FILHO	0,65	3,48	0,09	1,28	0,46	1,02	0,61	0,20
PAULO AFONSO	0,00	0,46	8,00	2,63	1,63	0,53	0,83	0,14
EUNAPOLIS	0,19	0,64	0,21	0,23	1,74	0,69	0,74	6,40
SANTO ANTONIO DE JESUS	0,00	1,66	1,33	1,22	2,10	0,53	0,71	0,44

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Setor 1: Extrativa Mineral / Setor 2: Indústria de Transformação / Setor 3: Serviços Industriais de utilidade pública / Setor 4: Construção Civil / Setor 5: Comércio / Setor 6: Serviços / Setor 7: Administração Pública / Setor 8: Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Tabela 4: Quociente Locacional de 2019 dos 17 municípios

Município/Setor	1	2	3	4	5	6	7	8
SALVADOR	1,01	0,41	1,47	1,02	0,85	1,11	1,28	0,10
FEIRA DE SANTANA	0,63	1,66	0,65	1,06	1,53	0,88	0,34	0,46
VITORIA DA CONQUISTA	0,95	1,53	0,28	0,89	1,28	0,85	0,84	1,18
CAMACARI	0,21	3,74	0,58	2,15	0,75	0,57	0,66	0,17
JUAZEIRO	3,75	1,21	1,09	0,55	1,20	0,50	1,20	10,16
ITABUNA	0,17	1,14	0,87	0,50	1,17	0,87	1,24	1,30
LAURO DE FREITAS	0,50	0,61	0,05	1,15	0,67	1,49	0,38	0,05
ILHEUS	1,56	1,30	0,15	0,48	1,19	1,19	0,08	3,08
TEIXEIRA DE FREITAS	0,46	0,70	0,30	0,90	1,56	0,60	1,25	5,40
JEQUIE	0,72	2,37	0,20	1,12	1,30	0,61	0,97	0,97
BARREIRAS	0,25	0,81	0,40	1,50	1,33	0,69	0,85	7,05
ALAGOINHAS	7,53	1,74	0,12	0,42	1,21	0,97	0,61	0,54
PORTO SEGURO	0,25	0,33	0,13	0,30	1,01	1,15	1,07	3,20
SIMÕES FILHO	1,14	2,76	0,33	0,87	0,81	0,85	0,85	0,06
PAULO AFONSO	0,25	0,69	4,75	0,62	1,27	0,58	1,90	0,27
EUNÁPOLIS	0,18	1,18	0,20	0,33	1,38	0,65	1,16	6,57
SANTO ANTONIO DE JESUS	0,00	2,22	1,90	0,37	1,67	0,65	0,61	0,63

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Setor 1: Extrativa Mineral / Setor 2: Indústria de Transformação / Setor 3: Serviços Industriais de utilidade pública / Setor 4: Construção Civil / Setor 5: Comércio / Setor 6: Serviços / Setor 7: Administração Pública / Setor 8: Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Tanto no ano de 2002 quanto de 2019 destaca-se o alto quociente do setor 8 (Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca) em Juazeiro, Teixeira, Barreiras, Eunápolis, Ilhéus e Porto Seguro, enquanto Alagoinhas e principalmente Itabuna apresentaram uma queda bem acentuada no setor, reflexo da queda da participação do setor nos empregos formais desses municípios.

Outro destaque observado nas Tabelas 3 e 4, foi a queda do setor 1 (Extrativa Mineral) no ano de 2019 em Camaçari e Teixeira de Freitas, que em 2002 tinham quocientes relativamente altos, o que indica perda relativa da atividade exportadora nessas regiões. Ao contrário disso, Juazeiro e Ilhéus tiveram um grande acréscimo nesse setor, indicando

possivelmente uma maior propensão exportadora, embora a participação nos empregos formais continue baixa se comparado aos demais setores, como pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5: composição setorial em percentual de Juazeiro e Ilhéus em 2019

Setor	Juazeiro	Ilhéus
1- Extrativa Mineral	0,93%	0,39
2- Indústria de Transformação	11,42%	12,19%
3- Serviços Industriais	1,71%	0,24%
4 - Construção Civil	3,09%	2,73%
5 - Comércio	24,58%	24,40%
6 - Serviços	22,85%	53,84%
7 - Administração Pública	18,88%	1,22%
8 - Agrop., extração veg., caça e pesca	16,54%	5,01%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Apesar das considerações acima, foi em Alagoinhas o maior destaque de variação do QL no setor de Extrativa Mineral, que em 2002 tinha baixa expressividade, e em 2019 obteve o maior destaque no coeficiente, inclusive dentre todos os setores dos demais municípios. Destaque também para o setor 3 (Serviços Industriais de Utilidade Pública) em Paulo Afonso, que sofreu uma baixa expressiva no seu quociente (redução de 8 para 4,75).

Tabela 6: Coeficiente de Localização dos setores dos dezessete municípios baianos

Atividade	2002	2019
1- Extrativa Mineral	0,1692	0,2227
2- Indústria de Transformação	0,4076	0,3488
3- Serviços Industriais de Utilidade Púb.	0,1990	0,2872
4 - Construção Civil	0,0963	0,0992
5 - Comércio	0,1412	0,1182
6 - Serviços	0,0811	0,0980
7 - Administração Pública	0,1815	0,1679
8 - Agrop., extração veg., caça e pesca	0,5548	0,6546

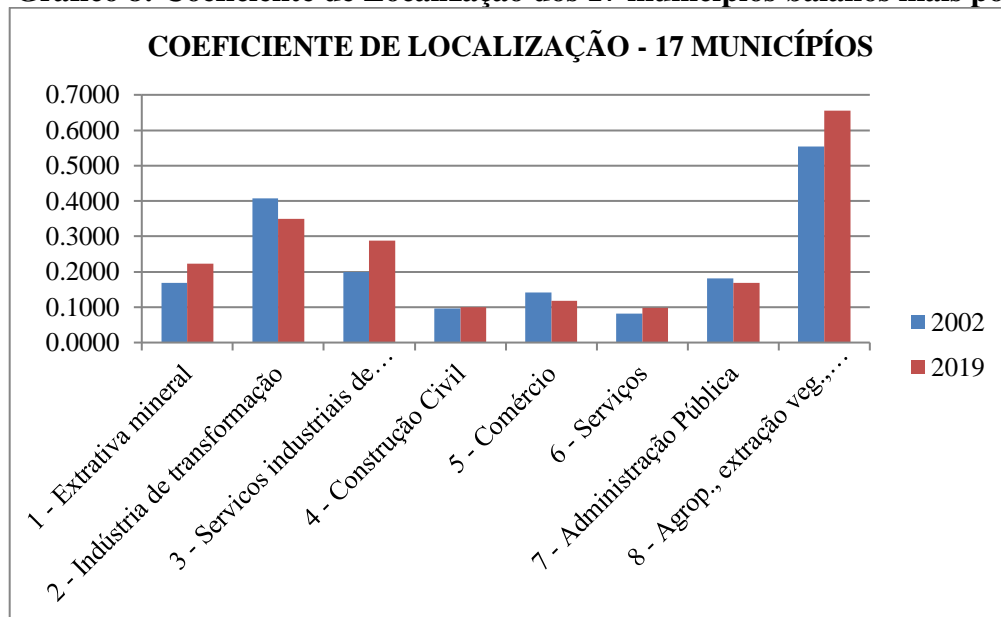
Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Destaque em rosa para os setores com redução do padrão de concentração regional (mais bem distribuídos entre os municípios).

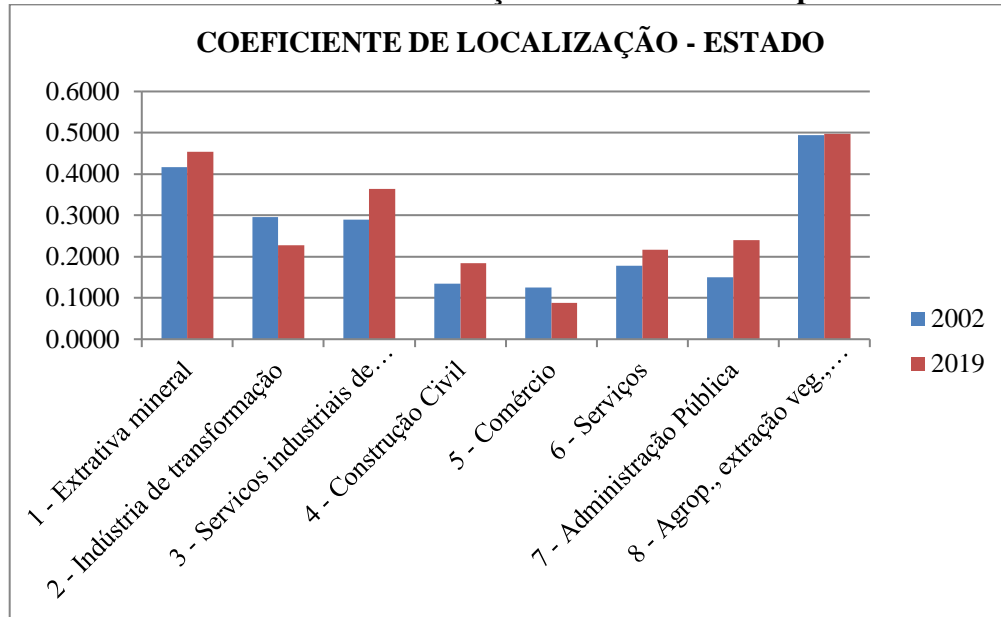
Observando os dados dispostos na Tabela 6, a respeito do Coeficiente de Localização (CL), podem-se identificar as mudanças mais significativas apresentadas ao longo dos dois anos em cada um dos setores. Fica evidente que os setores de Serviços Industriais de Utilidade Pública (setor 3) e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (setor 8) foram os que apresentaram um aumento mais significativo do seu padrão de concentração regional (de 0,19 para 0,28 e de 0,55 para 0,65, respectivamente), indicando uma distribuição espacial mais diferenciada dos demais.

Em relação aos demais setores, a Indústria de Transformação (setor 2) apresentou uma expressiva queda desse padrão, enquanto a Extrativa Mineral (setor 1) uma considerável alta do coeficiente, com um padrão de concentração regional um pouco mais intenso em 2019 do que era em 2002. Os setores de Comércio (setor 5) e Administração Pública (setor 7) também seguiram numa tendência de baixa, enquanto a Construção Civil (setor 4) e Serviços (setor 6), não indicaram mudanças tão expressivas quanto os demais. No Gráfico 8 pode ser observado o comportamento visual de cada um desses setores.

Gráfico 8: Coeficiente de Localização dos 17 municípios baianos mais populosos



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Gráfico 9: Coeficiente de Localização de todos os municípios do Estado

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Ao considerar além dos dezessete municípios, todos os municípios do estado, nota-se que ocorreu um padrão bem semelhante no comportamento da estrutura gráfica, como pode ser visto nos Gráficos 8 e 9. Isso indica que o padrão de concentração entre os municípios analisados e o do estado esteve alinhado, embora o setor de Extrativa Mineral (setor 1) tenha apresentado uma intensidade bem maior nos resultados encontrados para o estado, com uma maior concentração espacial, o que não é uma surpresa, já que o setor tem baixa expressividade no volume de empregos formais em todos os dezessete maiores municípios baianos (sendo Alagoinhas, em 2019, o município com maior participação percentual local, dentre eles), como fica evidente na Tabela 7, enquanto em municípios com características regionais mais propícias aos setores, há uma grande concentração de emprego.

Tabela 7: Comparativo da distribuição percentual do emprego formal no setor de Extrativa Mineral em 2002 x 2019

Município/Setor	1- Extrativa Mineral (2002)	1- Extrativa Mineral (2019)
SALVADOR	0,32%	0,25% ↓
FEIRA DE SANTANA	0,26%	0,16% ↓
VITORIA DA CONQUISTA	0,32%	0,23% ↓
CAMACARI	0,52%	0,05% ↓
JUAZEIRO	0,06%	0,93% ↑
ITABUNA	0,04%	0,04% ↔
LAURO DE FREITAS	0,08%	0,12% ↑
ILHEUS	0,05%	0,39% ↑
TEIXEIRA DE FREITAS	0,60%	0,11% ↓
JEQUIE	0,59%	0,18% ↓
BARREIRAS	0,02%	0,06% ↑
ALAGOINHAS	0,24%	1,87% ↑
PORTO SEGURO	0,00%	0,06% ↑
SIMÕES FILHO	0,18%	0,28% ↑
PAULO AFONSO	0,00%	0,06% ↑
EUNAPOLIS	0,05%	0,04% ↓
SANTO ANTONIO DE JESUS	0,00%	0,00% ↔

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Paralelamente, ao observar a associação existente entre os setores, por meio do Coeficiente de Associação Geográfica, as principais alterações nas relações intersetoriais, em termos de estarem mais ou menos associados do que antes, envolvem principalmente os setores de Extrativa Mineral (setor 1), Indústria de Transformação (setor 2) e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (setor 8).

Tabela 8: Coeficiente de Associação Geográfica dos dezessete municípios em 2002

Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8
1 - Extrativa mineral	0,000							
2 - Indústria de transformação	0,483	0,000						
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0,192	0,537	0,000					
4 - Construção Civil	0,137	0,446	0,160	0,000				
5 - Comércio	0,258	0,364	0,290	0,218	0,000			
6 - Serviços	0,189	0,480	0,219	0,107	0,210	0,000		
7 - Administração Pública	0,155	0,557	0,189	0,179	0,272	0,187	0,000	
8 - Agrop., extração veg., caça e pesca	0,627	0,490	0,621	0,629	0,489	0,597	0,635	0,000

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Tabela 9: Coeficiente de Associação Geográfica dos dezessete municípios em 2019

Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8
1 - Extrativa mineral	0,000							
2 - Indústria de transformação	0,484	0,000						
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0,351	0,565	0,000					
4 - Construção Civil	0,259	0,360	0,315	0,000				
5 - Comércio	0,289	0,273	0,347	0,200	0,000			
6 - Serviços	0,241	0,431	0,258	0,135	0,195	0,000		
7 - Administração Pública	0,282	0,471	0,172	0,226	0,223	0,162	0,000	
8 - Agrop., extração veg., caça e pesca	0,666	0,652	0,788	0,721	0,608	0,698	0,672	0,000

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

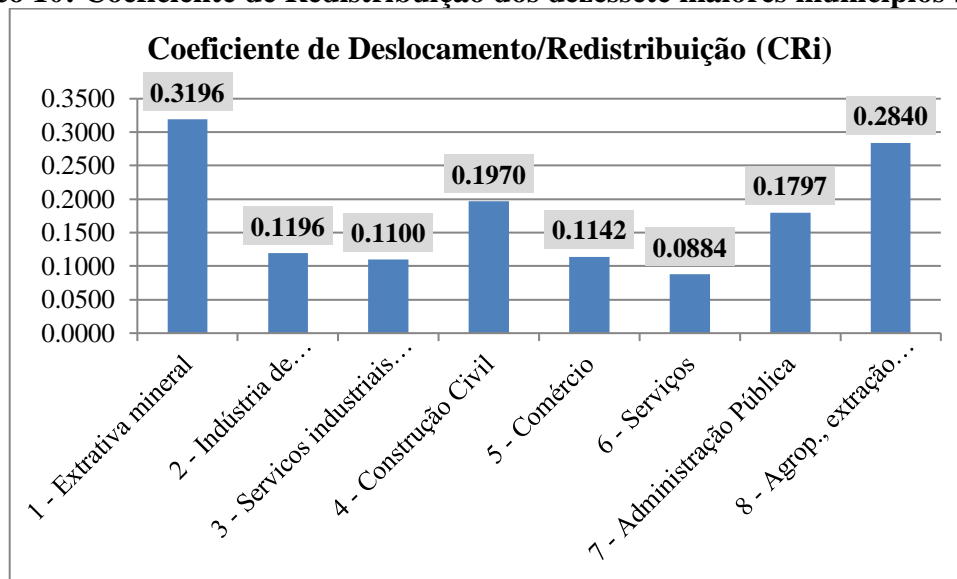
De acordo com o Coeficiente de Associação Geográfica (CAG - Tabela 8 e 9), a maior parte das relações entre os setores ao decorrer dos dois anos demonstrou menor associação geográfica ou menor semelhança em seu padrão de distribuição espacial, visível pela elevação dos coeficientes, onde, entre os destaques realizados em vermelho claro, indicando as variações mais expressivas, apenas os setores 2 e 4 (Indústria de Transformação e Construção Civil, respectivamente) e os setores 2 e 5 (Indústria de Transformação e Comércio, respectivamente) estavam mais associados geograficamente em 2019, devido à baixa de seus coeficientes.

Outra observação a ser feita, é de que o Setor 8 (Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca) ter sofrido o maior volume de modificações expressivas, com, em geral, uma menor associação com todos os demais setores no ano de 2019.

A causa para esse fenômeno está ligada a um comportamento ímpar dos movimentos do setor comparado aos demais, como o fato do Setor 8 ser caracteristicamente intensivo em mão de obra, e ter algumas especificidades como a localização geográfica dos recursos, diferente de setores como o comércio e serviços que não dependem necessariamente, por exemplo, de acesso às regiões pesqueiras e solos férteis para que ocorra a atividade produtiva.

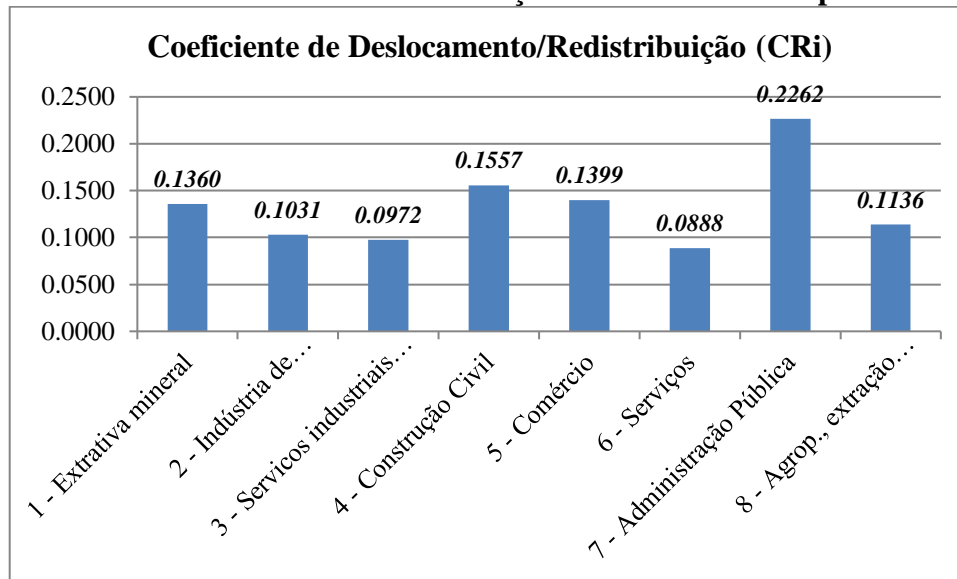
Curiosamente, ao verificar o quanto esses setores apresentaram mudanças significativas na sua distribuição espacial ao longo dos dois anos, através do Coeficiente de Redistribuição (CR), foi detectado novamente que os setores de Extrativa Mineral (Setor 1) e de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (Setor 8) obtiveram resultados ímpares. Com coeficientes de redistribuição de 0,31 e 0,28, respectivamente, as modificações na composição setorial do emprego formal dos dois foram bem superiores ao demais. Isso demonstra que os dois setores tiveram os maiores deslocamentos de emprego formal entre todos, como pode ser visualizado no Gráfico 10 logo abaixo:

Gráfico 10: Coeficiente de Redistribuição dos dezessete maiores municípios baianos



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Um comportamento distinto é observado ao analisar o conjunto de todos os municípios do estado. Nesse recorte amostral, a Administração Pública (Setor 7) recebe maior notoriedade, seguida do setor de Construção Civil (Setor 4) e do Comércio (Setor 5). No Gráfico 11 esses resultados podem ser observados e ao serem comparados com o Gráfico 10 fica bem evidente a disparidade existente entre os resultados.

Gráfico 11: Coeficiente de Redistribuição de todos os municípios baianos

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

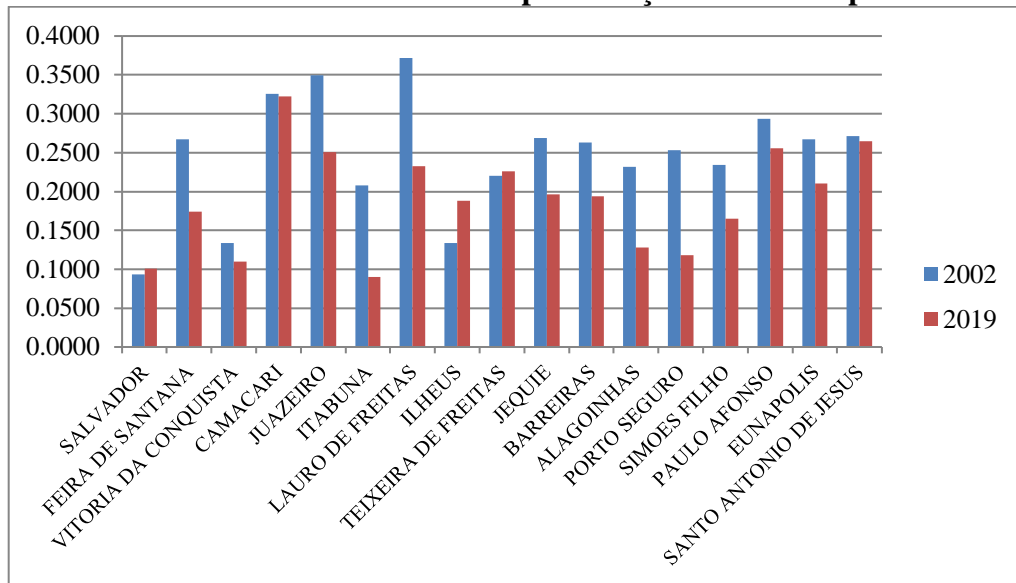
Uma das exceções observadas, onde os valores foram quase idênticos nos coeficientes, foi no setor de Serviços (setor 6), que é um setor relativamente genérico, sem tantas especificidades quanto setores como a Extrativa Mineral (setor 1) e a Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca (setor 8), que apresentaram a maior diferença gráfica ao comparar os resultados.

3.2.2 Medidas Regionais

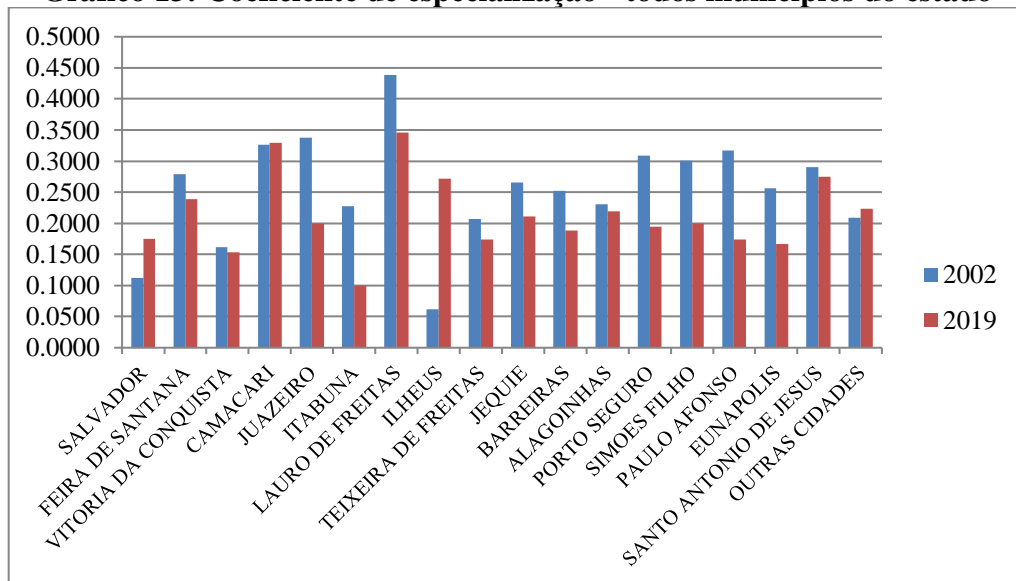
Diferente das medidas de localização, as medidas regionais trabalham com a análise da estrutura produtiva das regiões buscando identificar o grau de especialização e diversificação no período selecionado, sendo que as medidas selecionadas para essa análise, como já alertado anteriormente, foram o Coeficiente de Especialização (CE) e o Coeficiente de Reestruturação (CRe), seguindo a metodologia de Haddad (1989, p.239).

Através da comparação das estruturas produtivas, é possível identificar se a composição setorial em um município é mais próxima ou distinta do conjunto dos municípios. Nos municípios analisados, há uma ênfase nos Coeficientes de Especialização (CE) em Feira de Santana, Juazeiro, Itabuna, Lauro de Freitas, Ilhéus, Alagoinhas e Porto Seguro (Gráficos 12 e 13), sendo esses os com a maior diferença em seus coeficientes entre os dois anos.

No município de Ilhéus ocorreu um fato intrigante, que envolve uma alta significativa desse coeficiente, indicando que sua estrutura de emprego teria se diferenciado mais da estrutura de emprego dos demais municípios. Enquanto isso, a maioria dos municípios que apresentaram redução no coeficiente, conseqüentemente obtiveram uma maior aproximação da estrutura de emprego do conjunto ou região de referência, estando menos especializados do que eram antes, como pode ser observado nos gráficos abaixo:

Gráfico 12: Coeficiente de especialização - 17 municípios

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Gráfico 13: Coeficiente de especialização - todos municípios do estado

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019). Ao incluir os demais municípios baianos, a discrepância do coeficiente de Ilhéus consegue ser ainda maior do que antes.

Um dos motivos para o município de Ilhéus ter obtido um resultado tão discrepante dos demais pode ser encontrado ao visualizar o comportamento da sua distribuição de emprego formal em 2002 e em 2019, com uma elevada diferença entre as taxas de distribuição percentual para os setores de Serviços e de Administração Pública:

Tabela 10: Distribuição percentual do emprego entre os setores em Salvador, Feira de Santana e Ilhéus em 2002 x 2019

Município/Setor	SALVADOR		FEIRA DE SANTANA		ILHEUS	
	2002	2019	2002	2019	2002	2019
1 - Extrativa mineral	0,32%	0,25%	0,26%	0,16%	0,05%	0,39%
2 - Indústria de transformação	3,31%	3,85%	20,77%	15,61%	12,41%	12,18%
3 - Serviços industriais de utilidade pública	1,58%	2,32%	0,73%	1,03%	0,03%	0,24%
4 - Construção Civil	5,20%	5,74%	3,14%	5,95%	1,82%	2,73%
5 - Comércio	15,71%	17,32%	32,67%	31,31%	16,62%	24,40%
6 - Serviços	38,64%	50,22%	28,16%	39,82%	30,35%	53,84%
7 - Administração Pública	34,46%	20,16%	12,33%	5,38%	30,92%	1,22%
8 - Agrop., extração veg., caça e pesca	0,78%	0,16%	1,94%	0,74%	7,80%	5,01%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Em destaque na Tabela 10 estão os dois setores, Serviços e Administração Pública, com as maiores mudanças em termos de distribuição percentual de emprego formal no município de Ilhéus, Feira de Santana e Salvador. Em Ilhéus, comparando o setor 7 (Administração Pública) nos dois anos há uma enorme queda da participação de 30,9% para 1,2% (um valor percentual quase quinze vezes menor), saindo de 6795 empregos formais em 2002, para 326 em 2019, indicando uma grande mudança ocorrida no comportamento espacial do setor.

Como ficou visível na Tabela 10, essa redução de empregos no setor não ocorreu somente em Ilhéus, mas também em Salvador e em Feira de Santana, porém em uma escala muito menor, já que a redução do número de empregos formais em Ilhéus foi de mais de 95% (em 2002 o volume correspondia a mais de 2000% do de 2019), enquanto em Salvador e Feira de Santana foram de, respectivamente, 26,85% e 10,75%. Todos os outros municípios, ao contrário desses três, obtiveram aumento no setor, conforme demonstra a Tabela 11.

Tabela 11: variação do volume de emprego formal no setor de Administração Pública

Município/Setor	7- Administração Pública (2002)	7- Administração Pública (2019)	Variação
SALVADOR	191241	139895	-26,85%
FEIRA DE SANTANA	7106	6342	-10,75%
VITORIA DA CONQUISTA	5685	9401	65,36%
CAMACARI	5957	7717	29,55%
JUAZEIRO	3309	7283	120,10%
ITABUNA	2555	8218	221,64%
LAURO DE FREITAS	1214	6491	434,68%
ILHEUS	6795	326	-95,20%
TEIXEIRA DE FREITAS	2951	4694	59,06%
JEQUIE	2428	3755	54,65%
BARREIRAS	2435	4152	70,51%
ALAGOINHAS	1138	2717	138,75%
PORTO SEGURO	1151	5463	374,63%
SIMOES FILHO	4450	4884	9,75%
PAULO AFONSO	2095	4345	107,40%
EUNAPOLIS	1831	4091	123,43%
SANTO ANTONIO DE JESUS	1808	2097	15,98%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Observando a distribuição percentual do emprego formal no setor de Administração Pública (setor 7 - Tabela 12), dez de dezessete municípios apresentaram baixa na participação percentual do setor no total de empregos formais, mas somente Ilhéus teve tal brusca mudança. Esse é um fato a ser investigado e possivelmente tenha relação com um processo de descentralização e com o avanço do setor em Itabuna, cidade-irmã de Ilhéus.

Tabela 12: distribuição percentual do emprego formal no setor de Administração Pública

Município/ano	2002	2019
SALVADOR	34,46%	20,16%
FEIRA DE SANTANA	12,33%	5,38%
VITORIA DA CONQUISTA	18,76%	13,23%
CAMACARI	15,22%	10,37%
JUAZEIRO	16,81%	18,88%
ITABUNA	10,02%	19,58%
LAURO DE FREITAS	2,28%	6,01%
ILHEUS	30,92%	1,22%
TEIXEIRA DE FREITAS	22,54%	19,74%
JEQUIE	19,13%	15,27%
BARREIRAS	18,50%	13,38%
ALAGOINHAS	11,89%	9,69%
PORTO SEGURO	11,91%	16,93%
SIMÕES FILHO	16,27%	13,33%
PAULO AFONSO	22,18%	29,87%
EUNAPOLIS	19,76%	18,32%
SANTO ANTONIO DE JESUS	34,46%	20,16%

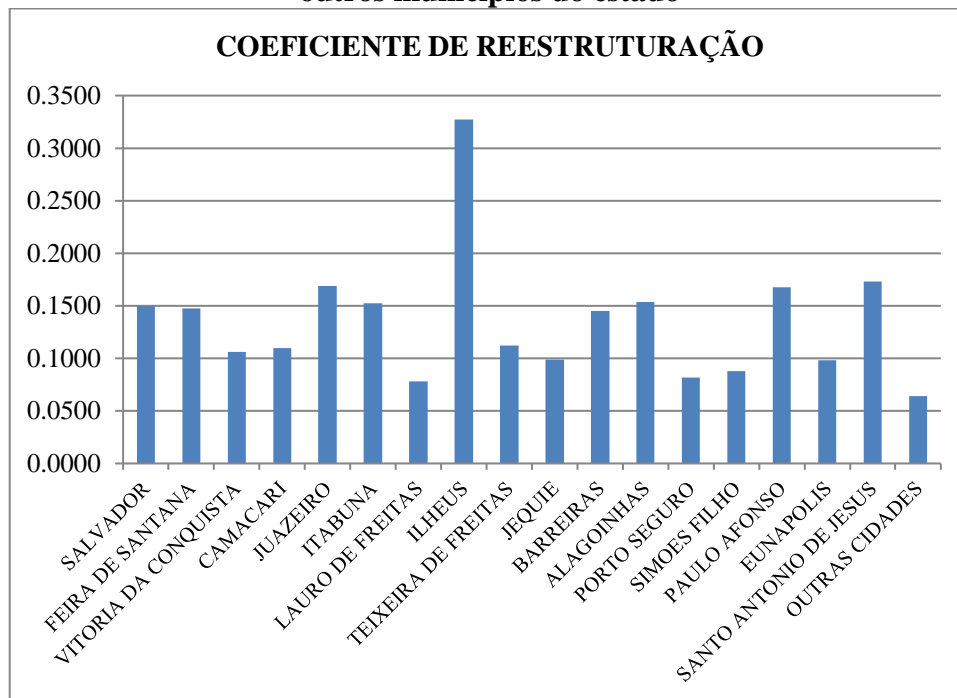
Fonte: elaboração própria, com base nos dados da RAIS/MTE (2002/2019).

Consequentemente, esse fato influenciou no relativo distanciamento do comportamento do Coeficiente de Especialização de Ilhéus. Outro aspecto é a elevada transição de mão de obra para o setor 6 (Serviços), como pode ser notado ainda observando a Tabela 10 se tornando o mais expressivo do município em termos de postos de emprego formal em 2019.

Como segunda e última medida regional, o Coeficiente de Reestruturação é quem estabelece a relação da estrutura de emprego da região nos dois anos (HADDAD, 1989, p.241) objetivando uma verificação final do quanto a estrutura de cada município se modificou.

O município com a maior mudança de sua estrutura de emprego formal foi Ilhéus, o que evidência mais ainda a forma como o comportamento dos setores de Serviços (setor 6) e de Administração Pública (setor 7) impactou a sua dinâmica setorial. Por outro lado, Lauro de Freitas obteve o menor coeficiente, seguida de Porto Seguro e Simões Filho, sendo então esses os municípios que apresentaram menores modificações na sua composição setorial entre os anos de 2002 e 2019, conforme está disposto no Gráfico 14

Gráfico 14: Coeficiente de Reestruturação considerando os dezessete municípios e outros municípios do estado



Fonte: elaboração própria.

A respeito dos demais municípios do estado, no agregado foi apresentado um baixo índice de reestruturação, o que não necessariamente indica que de fato em todos os demais municípios baianos não houve um índice de reestruturação relevante, mas que na maioria deles, de fato não foram observadas grandes mudanças quanto ao padrão geral de composição setorial do emprego formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos dados dispostos para os anos de 2002 e 2019, foi possível ao longo do trabalho identificar, *ceteris paribus*, que muitos padrões se mantiveram na maior parte dos municípios e espelharam bastante o comportamento setorial que foi observado ao analisar os estados brasileiros, embora em outros, grandes mudanças foram notadas, como é o caso de Ilhéus. No decorrer dos cerca de 18 anos analisados, esse município viu sua estrutura mudar bastante, principalmente dos setores de Serviços e de Administração Pública, a ponto de impactar muito significativamente o seu Coeficiente de Reestruturação para os dois anos analisados.

Numa observação geral, ficou evidente que as composições setoriais da maior parte dos dezessete municípios de maior população do estado, ao longo do tempo, aproximaram-se uma das outras, com exceção principalmente de Ilhéus, que demonstrou uma forte contratendência. Quando considerado os demais municípios do estado na análise, o comportamento setorial de Ilhéus se demonstrou ainda mais acentuado do que o padrão estabelecido.

Ao serem aplicadas as Medidas de Localização, mais especificamente o Quociente Locacional (QL), foram encontrados os setores que se sobressaíram com mais força em cada um dos municípios, destacando a alta representatividade da Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (setor 8) em Juazeiro tanto em 2002 quanto em 2019, assim como em Eunápolis, Barreiras e Teixeira de Freitas, além do crescimento do quociente no setor de Extrativa Mineral (setor 1) nos municípios de Juazeiro e Alagoinhas, demonstrando uma relativa ampliação da tendência exportadora na região. Considerando o estado como um todo, ambos os setores também obtiveram o maior destaque, junto com Administração Pública, ou seja, não é uma tendência observada apenas nos 17 municípios, mas na Bahia.

Sobre o Coeficiente de Localização, os setores que se tornaram mais concentrados espacialmente foram os de Extrativa Mineral (setor 1) Serviços Industriais de Utilidade Pública (setor 3), Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (setor 8), tanto na análise dos 17 municípios quanto dos estados brasileiros, estando mais concentrados no ano de 2019 do que eram em 2002. Por outro lado, a Indústria de Transformação (setor 2) esteve menos concentrada em termos de emprego formal, seguido do Comércio (setor 5) e Administração Pública (setor 7), o que foi não só uma tendência desses municípios, mas também do estado como um todo e do país nesse período analisado, como foi destacado no trabalho.

Ainda sobre o comportamento dos setores, ficou notável uma menor associação geográfica entre a maior parte deles ao longo do tempo, sendo que, de forma mais expressiva, apenas as relações mantidas pelos setores de Indústria de Transformação (setor 2) com o de Construção Civil (setor 4) e com o de Comércio (setor 5) demonstraram estar mais associados geograficamente do que antes. Em linhas gerais, pode-se afirmar que os setores dos dezessete maiores municípios baianos, segundo estimativa do IBGE de 2020, estão menos associados em 2019 do que eram em 2002. Isso também se replica à análise dos estados brasileiros, em que praticamente todas as relações setoriais com a Extrativa Mineral (setor 1) e a Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (setor 8) demonstraram ter menor associação.

Considerando o comportamento do deslocamento espacial entre setores, através do Coeficiente de Redistribuição, os resultados indicam maiores mudanças no padrão espacial de localização nos setores de Extrativa Mineral (setor 1) e de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (setor 8), embora uma consideração possa ser feita de que ao analisar o conjunto de todos os municípios do estado, a Administração Pública (setor 7) ganha ênfase nesse quesito, com um alto volume de movimentação de emprego formal pelo estado, apontando a ocorrência de um vasto processo de descentralização. Comparativamente, o mesmo acontece ao verificar o comportamento dos setores dos estados brasileiros, em que apenas os setores 2 (Indústria de Transformação), 3 (Serviços Industriais de Utilidade Pública), 4 (Construção Civil), 5 (Comércio) e 6 (Serviços) não apresentaram tão fortes destaques.

Já ao analisar o nível de concentração em cada um dos municípios, no geral quase todos os 17 se tornaram menos especializados, sobretudo Feira de Santana, Juazeiro, Itabuna, Lauro de Freitas, Alagoinhas e Porto Seguro. Ilhéus foi o município que junto com Salvador e Teixeira de Freitas, ainda que em bem menor escala, apresentou contratendência. Os dados para todo o estado também indicam tendência de descentralização ou de redução do coeficiente, com melhor distribuição do emprego formal entre os setores, como aconteceu com a maior parte dos estados localizados no Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul do país, sendo que a região Norte foi a única que teve predominância de seus estados no quesito de avanço do grau de especialização.

O município de Ilhéus apresenta um fenômeno único entre os dados analisados já que há uma brusca redução em um setor em específico (Administração Pública) com uma forte alta em outro (Serviços). Esses dois movimentos por si só já são responsáveis por grandes distorções nos coeficientes do município, mas não é algo desconexo do padrão que o próprio país indica ao se analisar o coeficiente dos estados, já que o setor de Administração Pública teve alta

transição/desconcentração de emprego entre os municípios circunvizinhos, como pode ser observado no capítulo 2 deste trabalho.

Esse processo de descentralização foi notado com maior força entre os 17 municípios, com destaque para Salvador, Feira de Santana, e principalmente, Ilhéus e Itabuna. É um fenômeno que ocorreu ao longo de todos os países durante o período e já era um movimento que vinha ocorrendo com a modernização da administração pública e a necessidade de melhor distribuição a outros municípios. Apesar disso, esse setor continua tendo elevada expressiva no percentual de emprego formal principalmente dos menores municípios, onde por muitas vezes tem sua economia dependente disso.

Pode-se destacar que entre os municípios com o maior Coeficiente de Reestruturação, que indica o quanto sua composição setorial sofreu alterações, estão, em ordem, Ilhéus, Juazeiro, Santo Antônio de Jesus, Paulo Afonso, Alagoinhas, Itabuna, Salvador, Feira de Santana e Barreiras. Entre os estados, a Bahia obteve um coeficiente mediano, sendo que os destaques foram o Distrito Federal, Sergipe, Tocantins, Alagoas, Acre e Piauí. Lauro de Freitas, Porto Seguro e Simões Filhos foram os municípios analisados com coeficientes mais tímidos de reestruturação.

Após a identificação dos principais resultados obtidos por meio da manipulação de dados oriundos do Ministério do Trabalho e Economia, mais especificamente extraídos da RAIS/CAGED por meio do Sistema Dardo, pode-se afirmar que, espacialmente falando, que as composições setoriais da maioria dos dezessete municípios se tornaram mais idênticas (convergentes); os setores de Extrativa Mineral (setor 1) e de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (setor 8), se destacaram ao demonstrarem estar mais concentrados em 2019 do que em 2002, e estão, em geral, menos associados geograficamente com os demais, acompanhando também a tendência encontrada ao analisar os coeficientes na esfera nacional, com base nos dados dos 27 estados brasileiros, que também indicaram uma menor associação entre os setores no ano de 2019.

A hipótese central do trabalho de que os municípios ao longo dos anos apresentaram uma relevante desconcentração, com exceção de setores mais específicos, de Extrativa Mineral (setor 1) e de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (setor 8) foi confirmada. O objetivo principal de identificar o comportamento da composição setorial dos municípios e as principais rupturas foi consideravelmente alcançado, assim como os objetivos de comparar e relacionar o comportamento setorial dos dezessete municípios com o dos estados brasileiros no mesmo período, onde ficou evidente que uma mesma tendência foi seguida entre ambos, com respaldas

que foram destacadas em movimentos específicos de cada setor/município que se inclinaram a uma contratendência.

Portanto, os setores de Extrativa Mineral (setor 1), Administração Pública (setor 7) e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (setor 8) foram os que obtiveram maior destaque nesse trabalho, sendo responsáveis pelas maiores discrepâncias, seja por aumento da concentração, menor associação geográfica, modificações da tendência exportadora ou maior coeficiente de redistribuição. Os setores 2 (Indústria de Transformação), 3 (Serviços Industriais de Utilidade Pública), 4 (Construção Civil), 5 (Comércio) e 6 (Serviços) não apresentaram tão fortes destaques quanto aqueles, embora tiveram importantes movimentações ao longo do período de 18 anos analisado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Map of Bahia state**. 2006. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bahia_MesoMicroMunicip.svg#/media/File:Bahia_MesoMicroMunicip.svg. Acesso em: Setembro de 2023.
- AGUIAR, Manoel Pinto de. *Notas sobre o enigma baiano*. Progresso: Salvador, 1958.
- ALMAS, Rondinaldo Silva das. **Sobre o conceito de clusters industriais e algumas experiências exitosas**. Salvador: UFBA. Dissertação de mestrado em Economia, 2003.
- ALVES, Lucir Reinaldo. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. **Análise regional: metodologias e indicadores**. Curitiba: Camões, p. 33-50, 2012.
- BEAUDRY, Catherine; SCHIFFAUEROVA, Andrea. Who's right, Marshall or Jacobs? The localization versus urbanization debate. **Research policy**, v. 38, n. 2, p. 318-337, 2009.
- BREITBACH, Áurea CM. Entre especialização e diversificação industrial: por um desenvolvimento regional durável. **Perspectiva Econômica**, v. 1, n. 2, p. 1-30, 2005.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. – Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.
- CAVALCANTE, Luiz Ricardo. A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**, p. 433, 2008.
- CIDADES, IBGE. **Bahia**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em: Novembro de 2022.
- COSTA, Francisco Mendes. O dinamismo do setor de serviços e sua interação com o crescimento econômico de Itabuna e Ilhéus no período 1990-2015. **Revista Observatorio de la economía latino americana**. Ilhéus-Ba, 2018.
- CRUZ, Bruno de Oliveira et al. **Economia Regional e Urbana: Teorias e Métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.
- FREIRE, Laura Lúcia Ramos. **Comércio exterior dos estados do Nordeste no primeiro semestre de 2019**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil/ETENE, 2019.
- FREITAS, Nacelice Barbosa. **MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL EM FEIRA DE SANTANA: UMA ANÁLISE A DA IMPANTAÇÃO DO CENTRO INDUSTRIAL DO SUBAÉ-CIS**. Sitientibus, n. 41, 2009.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GLAESER, Edward L. et al. Growth in cities. **Journal of political economy**, v. 100, n. 6, p. 1126-1152, 1992.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Desigualdades e políticas regionais no Brasil**: caminhos e descaminhos. 1997.

HADDAD, Paulo Roberto et al. **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da População**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=28674&t=resultados>. Acesso em: agosto de 2022.

JACOBS, Jane. **The economy of cities**. Vintage Books Edition: New York, 1970.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**: os economistas. vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MENDES, Constantino Cronemberger; TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho. **Desenvolvimento econômico brasileiro**: uma releitura das contribuições de celso furtado. Brasília: IPEA, 2004.

NASSER, Bianca. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 145-178, 2000.

NOGUEIRA, Hugo Clapton et al. Aglomerações e concentração da atividade econômica na Bahia:: um estudo da indústria coureiro-calçadista para o período 2010-2014. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, p. 1-20, 2017.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 34, n. 1, p. 89-102, 2006.

PORSSE, Alexandre; VALE, Vinícius. **Medidas de Localização, Especialização e Concentração**. Universidade Federal do Paraná. ago. 2020. Apresentação de PowerPoint. 39 slides. color. Disponível em: <https://nedur.ufpr.br/wp-content/uploads/2020/08/04-medidas-de-localizacao-especializacao-e-concentracao.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

PORTER, Michael E. **The Competitive Advantage Of Nations**. Harvard Business Review: Cambridge, Mar-Abr, 1990, p.74-91

REDAÇÃO. Cinco estados concentram 65% do PIB; São Paulo perde participação. **Rede Brasil Atual**, 2016. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/cinco-estados-concentram-65-do-pib-sao-paulo-perde-participacao-9933/>. Acesso em: Novembro de 2022.

SCHWARTZMAN, Jacques, org. **Economia regional**. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977.

SISTEMA DARDO. **Bases Estatísticas RAIS e CAGED**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: Novembro de 2022.

SOUZA, Nali de Jesus. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. **Perspectiva Econômica**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 11, p. 67-102, 1981.

SUZIGAN, Wilson. Aglomerações industriais como focos de políticas. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 21, p. 393-406, 2021.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. Os 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia análise & dados**, v. 10, n. 1, p. 87-98, 2000.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa RO. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 5, n. 1, p. 37-63, 1975.